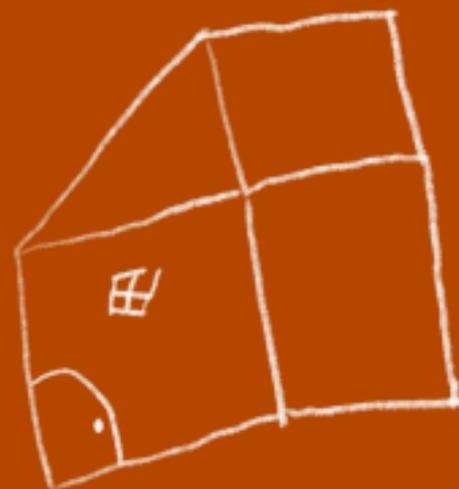


UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
ARQUITETURA E URBANISMO

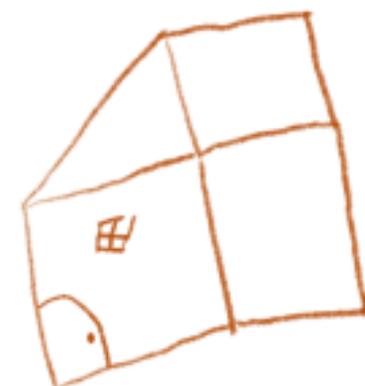


DA IMAGINAÇÃO À REALIDADE

Reinventando o bairro do Curado II, Jaboatão dos Guararapes
em conjunto com as crianças



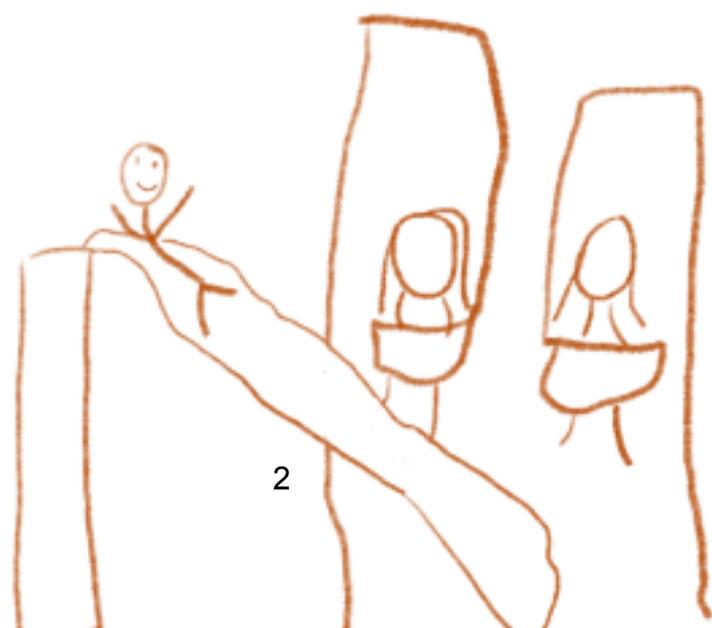
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
ARQUITETURA E URBANISMO



DA IMAGINAÇÃO À REALIDADE

Reinventando o bairro do Curado II, Jaboatão dos Guararapes
em conjunto com as crianças

ELISA SOARES DE MELO
ORIENTADORA: DAYSE LUCKWU MARTINS



Trabalho de Conclusão de curso apresentado à
Coordenação de Graduação em Arquitetura e
Urbanismo, da Universidade Federal de Per-
nambuco, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo,
sob orientação da Prof. Dayse Luckwü Martins.

RECIFE, 2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Soares, Elisa.

Da Imaginação à Realidade: Reiventando o bairro do Curado II, Jaboatão dos
guararapes em conjunto com as crianças. / Elisa Soares. - Recife, 2024.
108 : il.

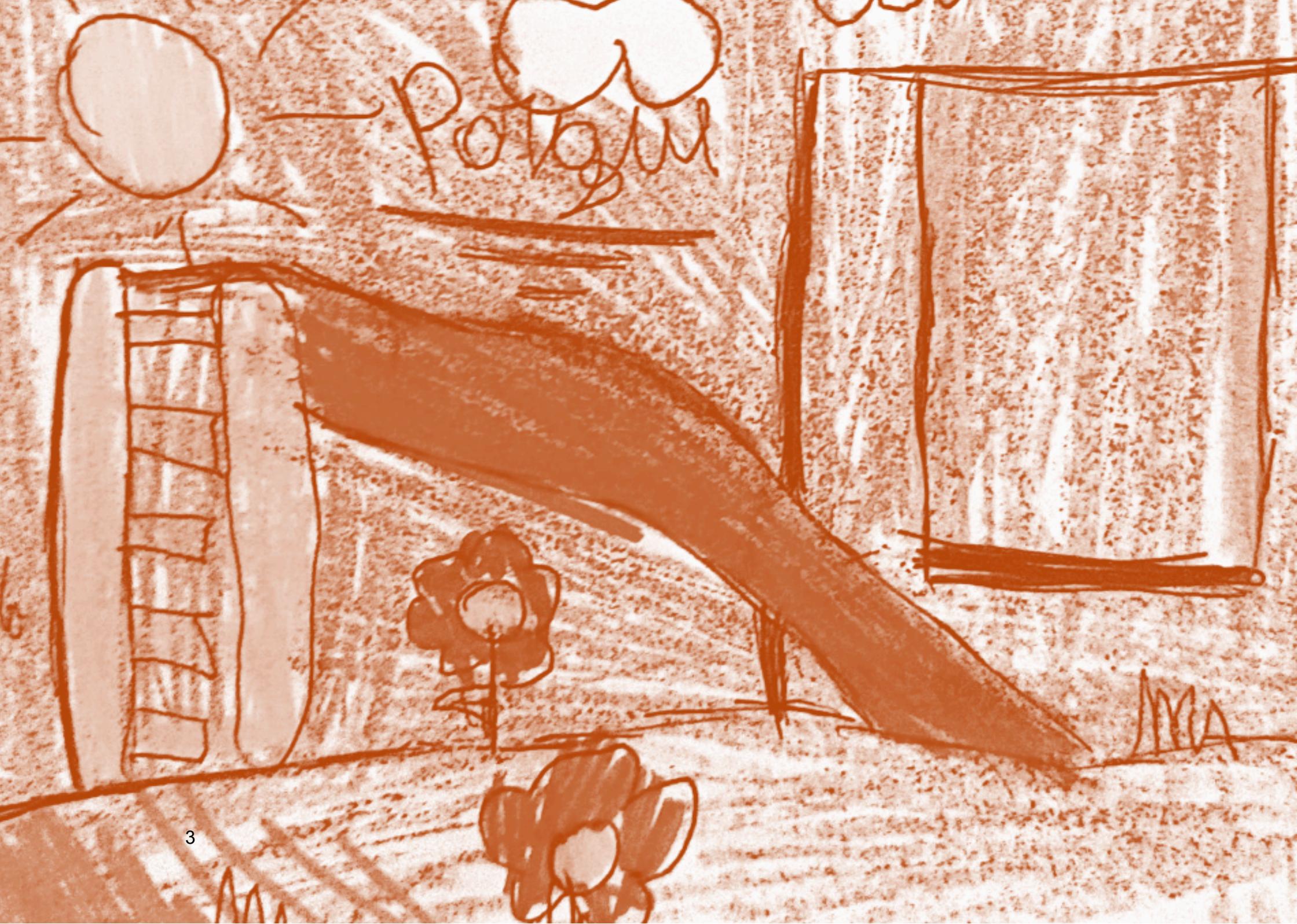
Orientador(a): Dayse Luckwu

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo -
Bacharelado, 2024.

Inclui referências.

1. Criança. 2. Urbanismo. 3. Urbanismo Social. 4. Metodologia. 5. Escuta
Ativa. I. Luckwu, Dayse. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)



AGRADECIMENTOS

A criança que brinca na cidade não apenas se apropria do espaço urbano, mas o transforma com sua imaginação, reinventando o mundo ao seu redor.

Malone, K. (2018)

RESUMO

Este trabalho investiga a importância da participação infantil no planejamento urbano, com foco no bairro do Curado II, localizado em Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. Por meio de uma metodologia participativa, foram realizadas atividades que envolveram as crianças na análise do espaço urbano, permitindo a coleta de dados sobre as necessidades e percepções desse público. O estudo aborda a falta de infraestrutura e a carência de áreas seguras e acessíveis para o brincar e o convívio, ressaltando como esses problemas afetam o desenvolvimento infantil e o senso de pertencimento. A partir dos resultados coletados, foram propostas diretrizes para intervenções que promovam um urbanismo mais inclusivo e adaptado à realidade das comunidades periféricas. A pesquisa busca evidenciar que, ao escutar as crianças e integrá-las nos processos de transformação urbana, é possível construir cidades que atendam de forma mais eficaz e justa às necessidades de todos os seus habitantes.

ABSTRACT

This study investigates the importance of children's participation in urban planning, focusing on the Curado II neighborhood, located in Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. Through a participatory methodology, activities involving children were conducted to analyze the urban space, allowing for the collection of data on the needs and perceptions of this demographic. The study addresses the lack of infrastructure and the scarcity of safe and accessible areas for play and social interaction, highlighting how these issues affect child development and their sense of belonging. Based on the collected results, guidelines were proposed for interventions that promote a more inclusive urbanism adapted to the reality of peripheral communities. The research aims to demonstrate that by listening to children and integrating them into urban transformation processes, it is possible to build cities that more effectively and fairly meet the needs of all their inhabitants.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO10

CAP 1 – ALECRIM DOURADO16

- 1.1 Espaço público para a infância e o urbanismo social 17
- 1.2 O brincar que transpassa a cidade 28
- 1.3 Metodologia de escutar as crianças e seus benefícios para as diretrizes projetuais 32

CAP 2 – BRILHA BRILHA ESTRELINHA37

- 2.1 A cidade para brincar e andar, Griesheim – Alemanha 38
- 2.2 Programa Mais Vida Lagoa Encantada, PE – Brasil 40
- 2.3 Street For Kids – Silva Jardim, Jordão – PE 44

CAP 3 – CIRANDA CIRANDINHA50

- 3.1 Jaboatão e seu distrito Curado 51
- 3.2 Escolha do recorte e objeto de análise 54

ten

CAP 4 – E SE ESSA RUA FOSSE MINHA?69

- 4.1 As metodologias de análise do território e cocriação 70
- 4.2 Rastreamento das rotas 72
- 4.3 Pesquisa com as crianças 78

4.4 “Se essa rua fosse minha?”87

CAP 5 – DIRETRIZES DE ANALISES93

CONCLUSÃO 101

REFERENCIAL BIBLIOGRAFICO 103

INTRODUÇÃO

Viver em comunidade, participar da vida urbana, interagir com o meio e encontrar pessoas, seriam, a partir do senso comum, essas as definições do que é um espaço público. Segundo o geógrafo **Serpa (2007)**, acrescenta dois pontos a sua descrição, público é também “espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideais de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos”. Quando falamos em projetar cidades, é preciso entender como promover esta vida comunitária, destacando usos de locais de encontros, passagem e estar, como praças, ruas e parques (**Jan Gehl, 2010**). Para o desenvolvimento pessoal, estar em grupo nos faz aprender a seguir regras e a reconhecer nossas próprias capacidades, respeitando a nós mesmos e aos outros (**Cória-Sabini; Oliveira, 2002**). A partir disso, **Gehl (2010)** já destacava a necessidade de formarmos os espaços públicos para que de forma mais assertiva pudesse ser possível promover a interação social e o bem-estar da comunidade com qualidade.

Nos dias atuais ainda encontramos muitos problemas em áreas de convívio por serem preferencialmente construídas nas áreas consideradas mais nobres da cidade, nas quais os moradores são de classe média e alta, restringindo seu uso e dificultando o acesso de moradores de comunidades a esses ambientes. Esse estudo visa reconhecer a problemática, para propor a mitigação como possível solução, de como essa segregação interfere na infância. De acordo com o Cenário

da Infância e da Adolescência no Brasil, 2018, das 3.936.869 crianças que vivem nas comunidades brasileiras, cerca de 40% são crianças que se desenvolvem totalmente dentro da mesma.

É durante a infância que acontecem os saltos de desenvolvimento da imaginação, autonomia, saúde, sensorial e as primeiras noções de cidadania. Viver em espaços de interação, esta etapa é de extrema importância, pois existe um déficit muito grande para a saúde das crianças quando ela se mantém somente dentro da residência, de acordo com uma pesquisa do Canadá, 2015. Contudo, existe uma questão de como conseguir essas métricas, já que nas áreas de comunidade não encontramos nenhum tipo de investimento em relação ao acesso às áreas verdes e de convívio. O ambiente estudantil acompanha muitas fases desse desenvolvimento, mas de acordo com o CENSO 2010, mais de 61% das creches do Brasil não têm área de convívio ou verde, que também fazem parte de momentos de interação, considerados como “intervalo” em vez de aprendizado.

As crianças encontram-se em um processo contínuo de aprendizagem, por isso elas se detêm em brincar onde for possível na comunidade, e isso não pode ser visto como uma banalidade da diversão. Por cima das barreiras, nas beiras dos rios, nos espelhos das escadarias, a criança em seu desenvolvimento tem o fomento de aprender o mundo dos adultos que estão ao seu redor, de acordo com Marilena Flores, as crianças precisam de liberdade e o espaço precisa oferecer essa

condição de forma segura, o que não acontece com dentro dos becos e vielas.

Todas as crianças anseiam por liberdade e experiência. Entretanto, é cada vez mais raro encontrar crianças brincando nas ruas das grandes cidades, frequentando parques e praças durante a sua rotina semanal, ou simplesmente caminhando **(Meyer & Zimmerman, 2020)**. Essa mudança é atribuída a fatores como o aumento do tráfego de veículos, preocupações com a segurança e a preferência por atividades em ambientes fechados.

Além dos fatores já mencionados, a falta de consideração pelas vozes das crianças no planejamento urbano também contribui para a diminuição de sua presença nos espaços públicos. Estudos mostram que a participação ativa das crianças na criação e modificação de seus ambientes resulta em um maior senso de pertencimento e responsabilidade por esses locais **(Hart, 1992)**. Quando as crianças são envolvidas nas decisões sobre como os espaços são desenvolvidos e mantidos, elas não apenas se sentem valorizadas, mas também são mais propensas a usar e cuidar desses espaços. Ignorar suas perspectivas e necessidades não só limita seu desenvolvimento, mas também contribui para o abandono e a degradação futura desses locais.

Nessas questões, normalmente abordamos como “atores” principais para agir sobre isso o poder público e os adultos da comunidade, mas é de extrema necessidade ver a criança também como um agente de transformação urbana e

social, dando para eles a chance de poder se comunicar e se protagonista do ambiente em que eles vão utilizar. Por último vale ressaltar a afirmação de que uma cidade que atende às necessidades das crianças é uma cidade que atende às necessidades de todos. Isso é uma abordagem abrangente que impacta todos os departamentos da administração pública, desde o prefeito até o mais dedicado dos servidores, sem exceção (**Gadelha, 2019**). O recorte escolhido para este trabalho foi o bairro do Curado 2, Jaboatão dos Guararapes - PE, vizinha da capital de Pernambuco, Recife, estando dentro da delimitação da Região Metropolitana do Recife. Este trabalho justifica-se pela necessidade de afirmar a importância dos espaços de convivência e lazer nas comunidades periféricas, tendo como enfoque a participação das crianças na fase de diagnósticos projetuais desses locais, construindo espaços mais inclusivos, acessíveis e adaptados. Buscando assim, compreender quais formas de inserir as crianças como “atores” principais no projeto, entendendo também quais os papéis da comunidade e dos agentes públicos nessa quebra de modelo projetual atual, propondo assim, uma nova forma participativa na construção do meio urbano.

Objetivo Geral

Desenvolver um **diagnóstico urbanístico** para o Bairro do Curado II, em Jaboatão dos Guararapes, utilizando uma metodologia participativa que envolva as

crianças no processo de avaliação do espaço, promovendo a integração de suas perspectivas e necessidades na concepção de um ambiente mais inclusivo e lúdico.

Objetivos Específicos

a) Mapear especificidades do local, como usos importantes, vazios urbanos, situação das calçadas, eventos e pontos de partida para o desenvolvimento de um diagnóstico urbanístico que possa auxiliar em uma intervenção futura no local.

b) Aplicar uma metodologia participativa que envolvam as crianças que fazem parte da vivência do espaço, transformando em resultados em um projeto diagnóstico para a área de atuação.

c) Avaliar a importância da metodologia participativa na construção do meio urbano.

CAP 1 – Neste capítulo é apresentado uma breve pesquisa sobre temas que circundam o tema da “escuta participativa” e sua importância no contexto do urbanismo social. Sendo também abordar sobre como o brincar pode se tornar um indicador para o espaço urbano.

CAP 2 – Correlatos de programas urbanos que trabalham com o tema da participação das crianças nas decisões urbanas.

CAP 3 – Levantamento de dados sobre a área de estudo, afinando para o tema da infância, foco desde projeto.

CAP 4 – Resultados das aplicações dos questionários e observações do espaço e como foi realizada essa metodologia.

CAP 5 – Conceituação, análises e diretrizes descobertas a partir da investigação realizada com as crianças.

ALECRIM DOURADO

1

1.1 Espaço público para a infância e o urbanismo social

O conceito de espaço público na antiguidade revela muito sobre a vida social, política e cultural das civilizações de então. Na Grécia antiga, por exemplo, a ágora (figura 1) era o coração da vida urbana. Era mais do que um simples mercado; era um lugar de encontro, onde cidadãos se reuniam para discutir ideias, debater política e compartilhar notícias. Esse espaço refletia a importância da participação cívica.

Na Roma antiga, o Fórum desempenhava um papel similar. Ali, além das transações comerciais, ocorriam importantes atividades políticas e religiosas. O Fórum era o palco de discursos, celebrações e até de decisões judiciais, onde o povo se reunia para interagir com seus governantes e entre si. Esses espaços eram essenciais para a formação da identidade comunitária e para a expressão da cidadania.

Em outras culturas, como a dos povos indígenas das Américas ou das civilizações mesopotâmicas, os espaços públicos também tinham grande significado. Praças, praças cerimoniais e centros comunitários serviam como locais de reunião, celebrações e tomadas de decisão. Esses espaços eram desenhados para fortalecer laços sociais e garantir que todos os membros da comunidade tivessem voz.

Assim, o espaço público na antiguidade era mais do que uma questão física; era um reflexo da organização social e das relações interpessoais. Esses locais



moldavam a vida coletiva, promovendo o diálogo e a participação, características fundamentais para a construção de sociedades democráticas, mesmo que em formatos muito diferentes dos que conhecemos hoje. Ao olhar para essas práticas antigas, podemos aprender sobre a importância de espaços que incentivam a interação e a coesão social em nossas comunidades contemporâneas.

Esse conceito evoluiu com o desenvolvimento urbano durante a Revolução Industrial, apresentando grandes desafios. Durante esse período, as áreas de convivência começaram a ser negligenciadas pelo foco no processo de industrialização. Lewis Mumford em seu livro “A cidade na história” destaca que o foco no crescimento econômico e na produção industrial levou à degradação de espaços públicos e áreas de convivência, prejudicando a qualidade de vida urbana. As cidades cresceram de forma desordenada, com pouca atenção às necessidades das crianças e das áreas marginalizadas. Este cenário foi agravado pelas condições insalubres e perigosas dos ambientes urbanos industriais, onde a falta de áreas verdes e espaços de lazer afetava a qualidade de vida.

A urbanização das cidades brasileiras, perpetuou o ideal de uma cidade que se desenvolve colocando como foco as decisões somente econômicas, o que resultou em uma forma de ocupação do espaço que privilegia o ambiente privado em detrimento da convivência em espaços públicos. Esse processo reduziu as áreas verdes e priorizou as ruas apenas para a passagem dos carros. Um processo

sistêmico que pouco valoriza o desfrute da vida do lado de fora, e que tem os veículos automotores como a principal forma de locomoção, resulta em um estilo de vida mais sedentário, que nos empurra para a esfera privada, impactando diretamente o modo de viver das infâncias nas cidades.

O processo de urbanização no Brasil, especialmente nas últimas décadas, transformou profundamente as cidades e a vida de suas crianças. Com a crescente concentração populacional, a urbanização trouxe mudanças significativas na infraestrutura e na dinâmica social, impactando diretamente as brincadeiras de rua.

Alterações no cenário urbano, como muros mais altos, calçadas mais estreitas, vias de carros mais largas e vazios urbanos, foram acontecendo e passando por cima do que chamamos de vitalidade urbana. Em meados da década de 50, as ruas ainda eram conhecidas pelos seus muros baixos, que convidavam as crianças a andarem ou, de uma forma mais segura, aproveitarem espaços urbanos, como praças e calçadas largas. As ruas eram espaços vibrantes de interação e diversão. Crianças jogavam bola, pulavam corda ou brincavam de esconde-esconde, aproveitando a liberdade que esses espaços ofereciam. Segundo Jan Gehl, em *Cidades para Pessoas*, o design urbano pós-1950 passou a priorizar automóveis e vias largas, em detrimento dos espaços públicos acessíveis e das calçadas amplas, o que comprometeu a interação e vitalidade nas cidades. A rua perdeu caráter de área de permanência para as pessoas, não sendo mais levada em consideração

(Meyer e Zimmerman, 2020).

Considerando também a década 1950, o processo acelerado de urbanização, houve um crescimento significativo das periferias urbanas, primeiro por uma política higienista que existiu na época, com o intuito de retirar as pessoas que pertenciam a grupos minoritários de áreas nobres, levando assim para o contorno da cidade e somado a isso o fruto da migração de pessoas em busca de oportunidades nas grandes cidades. Milton Santos aponta em *A Urbanização Brasileira*, essa expansão ocorreu de forma desordenada e sem a infraestrutura necessária para garantir a qualidade de vida dos moradores. Com isso, a falta de parques, praças e áreas de lazer se tornou uma realidade comum nesses espaços periféricos, onde os locais destinados ao convívio comunitário são escassos ou mal conservados, dificultando para as crianças encontrarem ambientes seguros para brincar.

A urbanização no Brasil, ao transformar o espaço urbano, não apenas alterou a configuração física das cidades, mas também impactou as relações sociais e as experiências de infância. Para que as crianças possam novamente usufruir das ruas como espaços de brincadeira e interação, é fundamental repensar o planejamento urbano, priorizando a criação de ambientes seguros e acessíveis, que estimulem o convívio e a liberdade de brincar.

A relação entre regimes autoritários e a cidade é complexa. Regimes autoritários tendem a controlar e limitar a expressão e a interação social nos

espaços públicos, restringindo o acesso e uso desses locais para fins específicos e frequentemente políticos. A centralização do poder e a imposição de políticas urbanas rígidas podem levar à criação de espaços públicos que servem mais como símbolos de controle do que como locais de convivência e participação comunitária.

Essa visão predominantemente voltada para o desenvolvimento econômico e a expansão urbana sem consideração pelos espaços públicos acaba por contrastar diretamente com o conceito de urbanismo social. Este conceito, que ganha destaque nas últimas décadas, defende um modelo de planejamento urbano que coloca as pessoas no centro das decisões, buscando integrar a participação social no desenho dos espaços públicos e promover o bem-estar coletivo. Segundo Carlos Moreno (2020), em seu trabalho sobre a cidade de 15 minutos, um planejamento urbano centrado nas pessoas deve promover a criação de espaços públicos acessíveis e convidativos, que favoreçam a mobilidade ativa e a interação social. Essa proposta também se reflete nas iniciativas de urbanismo social adotadas em cidades.

Para Milton Santos (2007), “O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si”. Nesse sentido, o território é o espaço do pertencimento e criação de relações, no qual as crianças até os adultos elaboram suas identidades. O espaço público ganha uma função essencial como um local de encontro, participação e pertencimento. Cidades que

adotam essa abordagem buscam transformar espaços antes negligenciados em locais de convivência, com infraestrutura adequada para promover atividades culturais, recreativas e educativas.

Essas transformações não ocorrem apenas em grandes centros urbanos, mas também em áreas periféricas, que são historicamente carentes de investimento público. O urbanismo social inclui o uso do espaço público como uma ferramenta de transformação social, onde a melhoria da qualidade de vida da população se torna um indicador do sucesso das intervenções urbanas (Acioly, 2019).

Ao longo do século XX, movimentos urbanos, como o planejamento urbano participativo e a valorização da vida comunitária, deram origem a uma nova compreensão da importância do espaço público. Jane Jacobs, em seu livro "A Morte e a Vida de Grandes Cidades" (1961), enfatiza a necessidade de ruas movimentadas, praças que atraiam indivíduos e parques acessíveis para encorajar uma vida urbana saudável. Jacobs introduz o conceito de "olhos da rua", defendendo que a presença constante de pessoas em espaços públicos aumenta a segurança e promove uma vigilância natural, essencial para a vitalidade urbana.

Na contemporaneidade, a compreensão do espaço público é resultado de um processo complexo que abrange contribuições de diversos campos, incluindo filosofia política, urbanismo e sociologia. No contexto de planejamento urbano, o espaço público voltado para crianças ganha relevância entre os principais debates.

O exemplo de Medellín, na Colômbia, é um inspirador modelo de como a inclusão social e a recuperação de áreas urbanas marginalizadas podem transformar a vida de crianças e comunidades inteiras. Nos últimos anos, inclusive na Comuna 13, a cidade enfrentou desafios significativos, incluindo violência e desigualdade social. No entanto, iniciativas focadas no desenvolvimento social, especialmente voltadas para as crianças, têm mostrado resultados impressionantes.

Uma das estratégias mais notáveis foi a criação de espaços públicos que promovem a convivência e o aprendizado. Em áreas antes negligenciadas, foram construídos parques, bibliotecas e centros culturais, proporcionando ambientes seguros e acolhedores para as crianças (Figura 2). Esses locais não são apenas espaços de lazer, mas também centros de aprendizado e interação, onde atividades educativas e culturais são oferecidas. As crianças podem participar de oficinas de arte, esportes e tecnologia, desenvolvendo habilidades essenciais para o futuro.

Além disso, a cidade implementou programas de educação que vão além do currículo escolar tradicional. Muitas escolas em Medellín começaram a integrar as comunidades nas atividades, criando uma rede de apoio que envolve pais, educadores e organizações locais. Essa abordagem colaborativa fortalece os laços sociais e empodera as famílias, garantindo que as crianças tenham acesso a um ambiente mais seguro e estimulante.

A transformação de Medellín também incluiu o uso da tecnologia como uma



ferramenta de inclusão. Projetos que conectam comunidades marginalizadas à internet e ao acesso digital têm permitido que crianças e jovens explorem novas oportunidades de aprendizado, reduzindo a desigualdade no acesso à informação e ao conhecimento.

O impacto dessas iniciativas é palpável. As crianças, que antes eram vistas apenas como vítimas da violência e da marginalização, agora têm voz e espaço para sonhar e construir um futuro melhor. A cidade de Medellín se tornou um exemplo global de como a recuperação urbana, aliada a políticas de inclusão social, pode criar um ambiente mais justo e igualitário.

Esse processo de transformação nos ensina que investir no bem-estar e no desenvolvimento das crianças é fundamental para a construção de sociedades mais coesas e resilientes. Medellín nos lembra que, ao priorizar a inclusão e a recuperação de áreas marginalizadas, é possível oferecer às novas gerações a chance de um futuro mais promissor e cheio de oportunidades.

Claudia Vidigal, da Fundação Bernard Van Leer, no texto “Cidade, Gênero e Infância” aponta que o modo como a cidade cuida da infância é um indicador da qualidade de vida da comunidade. Se ruas, parques e praças estiverem acessíveis, com boa infraestrutura e atrativos para os pequenos, há grandes chances de uma boa aceitação por todos.

Essas questões se alinham com o conceito de urbanismo social, que vai além

da criação de infraestrutura urbana, priorizando a coesão social e a integração de grupos historicamente excluídos. Como observado em iniciativas de cidades como Medellín, o urbanismo social se preocupa em redesenhar o espaço público de forma a permitir que ele seja inclusivo, diverso e adaptado às necessidades de seus habitantes. Esses projetos urbanísticos são especialmente importantes em contextos brasileiros, onde a desigualdade espacial é evidente e muitos moradores de periferias têm pouco acesso a espaços de lazer, convivência e cultura.

Como apontado, os espaços urbanos podem ser projetados como ambientes de aprendizado constante para as crianças, inclusive as que estão na fase inicial de desenvolvimento, conhecida como primeira infância. Este período é crucial para o desenvolvimento físico e mental, necessitando de estímulos que façam do ambiente urbano um cenário de descobertas. Um estudo multidisciplinar sobre crianças no planejamento urbano aborda áreas como psicologia, pedagogia, arquitetura e urbanismo, mostrando a importância de um ambiente inclusivo e estimulante para o desenvolvimento infantil.

Vale ressaltar um pequeno recorte histórico a partir dos estudos com crianças e seu direito à cidade e convivência em áreas públicas. Em 1948, a Organização das Nações Unidas promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Contudo, foi no final da década de 1980 que começaram a surgir os primeiros estudos e promoção das categorias de infância, cidade e gênero. Em paralelo, organizações

não-governamentais começaram a surgir com força e reconhecimento, provocando a população na década de 1990 a observar as crianças e como se dá o desenvolvimento de suas infâncias, apontando assim, um movimento de mudanças políticas, acadêmicas e nas estruturas/concepções familiares.

No livro "The Last Child in the Woods" (2005), Richard Louv desenvolveu o termo "Síndrome do Déficit de Natureza" para falar sobre os impactos negativos que a falta de contato com a natureza, espaços livres e outros sujeitos podem causar na infância. Ele defende que a falta de contato com o ambiente natural pode contribuir para problemas de saúde física e mental. Esses espaços ajudam no desenvolvimento da autonomia da criança, tanto em casa quanto na escola e, principalmente, na cidade.

Aplicando o conceito de Louv ao cenário brasileiro, encontramos dados desanimadores. Segundo o censo do IBGE de 2022, no contexto do direito à cidade em nosso país, a população infantil e adolescente representava apenas 33% da sociedade, emergindo como um grupo particularmente vulnerável. A preocupação é que grande parte dessas crianças vive em áreas periféricas caracterizadas pelo isolamento espacial e pela falta de infraestrutura adequada, sem contato com praças e áreas de convivência que possam explorar o processo de socialização fora de suas casas.

O modelo tradicional de escola, ainda muito presente em muitas instituições

de ensino, costuma limitar a área de convivência a espaços como a quadra ou o quintal, relegando esses locais a meros intervalos. Essa visão restringe a percepção do que esses ambientes podem oferecer, reduzindo sua função a simples pausas entre as aulas, sem considerar o potencial educativo e social que eles carregam.

Nas escolas, a quadra e o quintal são frequentemente vistos como lugares de diversão, onde os alunos se desconectam temporariamente do aprendizado formal. No entanto, essa abordagem ignora as ricas oportunidades de desenvolvimento que esses espaços podem proporcionar. O brincar, por exemplo, é fundamental para o crescimento social e emocional das crianças. Atividades ao ar livre não apenas incentivam a atividade física, mas também fomentam a criatividade, a cooperação e a resolução de conflitos.

Quando a área de convivência é tratada apenas como um “intervalo”, perde-se a chance de integrá-la ao currículo escolar de forma mais ampla. Imagina-se um espaço onde as crianças possam explorar, experimentar e aprender de maneira ativa, onde projetos interdisciplinares possam ser desenvolvidos ao ar livre, envolvendo arte, ciências e até mesmo educação ambiental. Esses ambientes podem ser verdadeiros laboratórios de aprendizado, permitindo que os alunos se relacionem com a natureza e com seus colegas de maneira mais significativa.

Além disso, ao valorizar o espaço de convivência, a escola pode contribuir para a formação de uma comunidade escolar mais unida. As interações informais

entre alunos, professores e funcionários que ocorrem nesses ambientes ajudam a criar laços, promovendo um ambiente de respeito e inclusão. Isso é especialmente importante em um mundo onde as relações interpessoais estão cada vez mais mediadas pela tecnologia.

Repensar o uso da área de convivência na escola é um passo essencial para transformar a educação. Ao invés de serem apenas espaços de intervalo, que esses locais se tornem ambientes ricos em aprendizado e desenvolvimento humano, onde as crianças possam crescer, interagir e aprender com o mundo ao seu redor. Essa mudança de perspectiva pode fazer toda a diferença na formação integral dos alunos, preparando-os não apenas para o conhecimento acadêmico, mas para a vida em comunidade.

Na infância, acontece o salto perceptível de vários aspectos como imaginação, autonomia, saúde, concentração, desenvolvimento do intelecto, sono e cidadania. Admitindo a ideia de que as crianças aprendem o tempo todo e em todos os lugares, é necessário compreender que esses locais devem permitir que as crianças sejam apenas crianças e tenham a segurança necessária para serem livres nos espaços públicos, tanto para se desenvolverem quanto para ensinar com suas experiências, perpassando assim do cenário urbano.

1.2 O brincar que transpassa a cidade

“A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.”

Art. 15 - Estatuto da criança e do adolescente.

Com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988 os direitos fundamentais da criança e adolescente foram garantidos estabelecendo um novo paradigma de proteção. Dois anos após essa conquista, em 13 de Julho de 1990, como consequência da nova constituição em vigor, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi criado regulamentando a proteção, promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes do Brasil. Esse momento político é um reflexo da mudança de visão sobre a infância e como essa fase é importante no desenvolvimento das pessoas. Para entendermos o novo protagonismo da criança perante a lei, o artigo 15 do ECA configura o âmago dessa reivindicação e garante a

todas as crianças e adolescentes o direito à liberdade, este é discriminado no artigo 16 da seguinte maneira:

“O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I – ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II – opinião e expressão;

III – crença e culto religioso;

IV – brincar, praticar esportes e divertir-se;

V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI – participar da vida política, na forma da lei;

VII – buscar refúgio, auxílio e orientação.”

Como observado o Estatuto assegura que o acesso aos logradouros públicos e espaços comunitários é por direito também dado às crianças, para essa garantia é interessante que os espaços sejam pensados visando a acessibilidade infantil. O que seria do espaço público sem o “brincar, praticar esportes e divertir-se”? Tornar um espaço propício para assegurar esses direitos mostra como nossas garantias como cidadãos transpassam o papel e se fazem reais no dia a dia através de pequenas diferenças como tornar espaços públicos em espaços brincantes.

No livro *Brincar e Realidade*, lançado no de 1971, Winnicott corrobora com a

ideia que o brincar não é apenas uma atividade de lazer, mas uma forma de comunicação e expressão emocional. Sendo através do brincar, que a criança consegue elaborar conflitos, entender o mundo ao seu redor e desenvolver a capacidade de se relacionar consigo mesma e com os outros. Ele defende que é no brincar a maneira que a criança começa a entender e lidar com a realidade de forma segura, já que nesse espaço lúdico, existe a liberdade de experimentar e errar.

Entende-se, então, que o brincar é uma forma lúdica de se desenvolver. Johan Huizinga, em seu livro *Homo Ludens* (2000), defende que o brincar transcende a simples diversão e se relaciona com a criação de significado e a experiência cultural. Nas ruas, praças e parques, o ato de brincar se transforma em uma linguagem universal que conecta as pessoas, independentemente de suas diferenças.

Ao caminhar pelas ruas, é comum ver crianças improvisando jogos com objetos simples: uma bola, uma corda ou até mesmo os próprios corpos. Essas brincadeiras criam laços, não só entre elas, mas também com o ambiente ao redor. O espaço urbano se torna um grande “playground”, onde cada esquina pode ser um novo cenário de aventura. A cidade, então, deixa de ser apenas um espaço físico e se transforma em um palco de imaginação e criatividade.

Além disso, o brincar traz à tona a importância da sociabilidade e do



pertencimento. Quando as crianças se reúnem para brincar, elas aprendem a compartilhar, a cooperar e a resolver conflitos (figura 3). Esse tipo de interação é fundamental para o desenvolvimento social e emocional, moldando não só a infância, mas também, a forma como as pessoas se relacionam ao longo da vida.

Muitas vezes, os adultos (figura 4) ao observarem as crianças, são convidados a relembrar suas próprias infâncias. Brincar também pode ser uma forma de escape, uma maneira de redescobrir a leveza e a alegria em meio à correria do cotidiano. Espaços públicos que incentivam o brincar, como parquinhos e áreas de convivência, tornam-se verdadeiros oásis em meio à urbanização.

O brincar que transpassa a cidade é mais do que uma atividade; é um elemento vital que transforma o urbano em um lugar mais humano, onde a imaginação e as relações se entrelaçam, criando uma tapeçaria rica e diversificada de experiências e memórias. É um lembrete de que, independentemente da idade, a capacidade de brincar e de se conectar com o outro é fundamental para a construção de comunidades mais saudáveis e felizes.

1.3 Metodologia de escutar as crianças e seus benefícios para as diretrizes projetuais.

A integração das crianças no processo de planejamento urbano tem se



mostrado uma prática inovadora e eficaz, trazendo benefícios não apenas para os próprios pequenos, mas para toda a comunidade. Esta abordagem ganha ainda mais relevância quando aplicada em áreas periféricas, onde os desafios sociais e econômicos são mais acentuados. Diversos estudos e referências da área destacam os múltiplos benefícios de escutar as crianças no planejamento urbano.

As crianças são usuários-chave dos espaços públicos, especialmente em bairros periféricos, onde frequentemente têm menos acesso a áreas de lazer estruturadas. Ao incluí-las no processo de planejamento, é possível identificar necessidades específicas que adultos podem não perceber. Por exemplo, Roger Hart, em seu livro "Children's Participation: The Theory and Practice of Involving Young Citizens in Community Development and Environmental Care" (1997), argumenta que as crianças têm uma compreensão única de seu ambiente imediato, o que pode levar à criação de espaços mais seguros e adequados para suas atividades diárias. Além disso, a inclusão das crianças no planejamento urbano promove um senso de pertencimento e responsabilidade desde cedo. Quando as crianças veem suas ideias e sugestões sendo implementadas, sentem-se valorizadas e envolvidas na comunidade. Jane Jacobs, em seu livro "The Death and Life of Great American Cities" (1961), destaca que o envolvimento das crianças e dos jovens na vida comunitária é crucial para a criação de bairros vibrantes e seguros.

Outro benefício significativo de escutar as crianças é a promoção de um desenho inclusivo e universal. As crianças são sensíveis a barreiras físicas e sociais que podem não ser tão evidentes para os adultos. Integrando suas perspectivas, os planejadores podem criar espaços que são acessíveis e utilizáveis por todas as idades e habilidades. Christoph Alexander, em "A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction" (1977UG) discute como o processo participativo, que inclui vozes diversas, pode resultar em ambientes mais harmoniosos e funcionais.

Além disso, envolver crianças no planejamento urbano pode ajudar a mitigar problemas de segurança. As crianças frequentemente identificam áreas onde se sentem inseguras ou ameaçadas, informações que são vitais para a criação de espaços públicos mais seguros. Tim Gill, em seu trabalho "No Fear: Growing Up in a Risk Averse Society" (2007), ressalta que ao considerar as perspectivas das crianças, os planejadores urbanos podem abordar preocupações reais de segurança e criar ambientes que fomentem a autonomia e o bem-estar infantil.

Nas periferias, onde os espaços públicos muitas vezes sofrem com a falta de manutenção e planejamento inadequado, a participação das crianças pode revelar áreas prioritárias para intervenção. Essas áreas podem incluir praças, parques, e rotas seguras para ir à escola. Um estudo de caso relevante é o Projeto Cidade para Brincar em São Paulo, onde a colaboração das crianças resultou na revitalização de espaços públicos e na criação de rotas seguras para brincar, caminhando para a

escola e explorando o bairro de maneira segura e divertida.

A participação das crianças no planejamento urbano também pode estimular a criatividade e inovação nas soluções urbanas. As crianças têm uma visão de mundo descomplicada e imaginativa, que pode inspirar soluções originais e práticas para problemas urbanos. Kevin Lynch, em seu livro "The Image of the City" (1960), enfatiza a importância de uma abordagem lúdica e criativa no planejamento urbano para a criação de cidades mais vivas e memoráveis.

Além dos benefícios práticos, escutar as crianças também têm um impacto educacional significativo. A participação no planejamento urbano pode ser uma ferramenta poderosa de educação cívica, ensinando às crianças sobre direitos, responsabilidades e o funcionamento da governança local. Isso prepara as novas gerações para serem cidadãos mais engajados e conscientes.

Os benefícios de escutar as crianças no planejamento urbano são vastos e variados, especialmente em áreas periféricas. Essa prática não só melhora a qualidade de vida das crianças, criando espaços mais seguros, acessíveis e inclusivos, mas também fortalece a coesão comunitária, promove a segurança e inspira inovação.

Nos últimos anos, a participação das crianças na construção de ambientes urbanos tem ganhado destaque, reconhecendo que elas são agentes ativos na criação de suas comunidades. Para que essa participação seja efetiva, é

fundamental desenvolver metodologias que valorizem a voz e a perspectiva das crianças, promovendo um espaço onde elas se sintam seguras e encorajadas a expressar suas opiniões.

Uma abordagem eficaz é o uso de oficinas lúdicas, onde as crianças podem interagir com materiais diversos — como maquetes, desenhos e jogos — que as ajudem a visualizar e expressar suas ideias sobre o espaço urbano. Essas oficinas podem ser conduzidas em escolas, centros comunitários ou em praças, criando um ambiente familiar e acolhedor. Além disso, a presença de facilitadores treinados é essencial para guiar as discussões, incentivando a participação de todas as crianças, independentemente de suas habilidades de comunicação.

Outra metodologia que pode ser utilizada é a realização de passeios exploratórios, nos quais as crianças são levadas a percorrer diferentes áreas da cidade. Durante esses passeios, elas podem observar, discutir e registrar o que gostam ou não gostam em seu entorno. Essa experiência prática não apenas enriquece o entendimento das crianças sobre a cidade, mas também as ajuda a desenvolver um senso crítico sobre o espaço que habitam.

As tecnologias digitais também podem ser aliadas nesse processo. Aplicativos de mapeamento participativo permitem que as crianças contribuam com sugestões e observações sobre diferentes locais. Através de um formato interativo e acessível,

as crianças podem registrar suas ideias em tempo real, ampliando a inclusão das suas vozes nas discussões urbanas.

Por fim, é importante criar um ambiente de escuta ativa, onde as opiniões das crianças são levadas a sério. Isso pode ser feito por meio de reuniões com gestores e planejadores urbanos, em que as crianças têm a oportunidade de apresentar suas ideias e ser ouvidas diretamente. Essa troca não apenas empodera as crianças, mas também enriquece os projetos urbanos com novas perspectivas.

Em suma, ao integrar metodologias humanizadas na escuta das crianças, conseguimos construir cidades mais inclusivas e adaptadas às suas necessidades. essa prática não apenas transforma o espaço urbano, mas também fortalece o senso de pertencimento e cidadania nas novas gerações.

BRILHA BRILA ESTRELINHA

2

2.1 A cidade para brincar e andar, Griesheim – Alemanha

Griesheim é uma cidade localizada no estado de Hesse, na Alemanha, com uma rica história que remonta a períodos anteriores à Idade Média. Mesmo que seja considerada uma cidade pequena com sua dimensão territorial de 21,42km² e seus 27 mil habitantes, a localidade se destaca por ter um plano urbanístico inovador e acessível. Em 2009, Griesheim se tornou a primeira cidade da Alemanha a ser reconhecida como uma Cidade para Brincar, um marco que era impensável algumas décadas atrás (Meyer & Zimmermann, 2020).

Na década de 1980, Meyer (Meyer & Zimmermann, 2020) se mudou para Griesheim com a família, e logo seus filhos quiseram explorar os parques da cidade. O autor documentou as experiências e opiniões das crianças sobre esses espaços públicos e compartilhou com o prefeito da cidade, sugerindo uma série de melhorias apontadas por elas. Contudo, de acordo com Meyer, não houve implementações de mudanças nesse período, uma vez que a consideração da perspectiva das crianças no contexto do planejamento urbano ainda era uma prática incomum.

Para Gleeson & Sipe (2006), a crescente preocupação dos cuidadores de crianças com o crescimento urbano acelerado e a percepção de que as cidades estavam se tornando ambientes pouco favoráveis para o desenvolvimento infantil favoreceu o desenvolvimento de iniciativas que buscavam resgatar o espaço das crianças nas cidades. Em Griesheim, a implementação de políticas públicas voltadas



para a melhoria da qualidade de vida urbana das crianças precisou acontecer de forma gradual, partindo da vontade política de um novo gestor municipal que decidiu realizar um processo de escuta ativa com as crianças. Nesse contexto, em 1994 é realizado o primeiro passeio exploratório na cidade com crianças, inaugurando a participação delas no processo de elaboração de soluções para a cidade. Em 2008, com um novo processo participativo que incluiu 1.036 crianças do ensino fundamental, desenvolveu-se os “caminhos do brincar”, que deram protagonismo para as ruas como áreas de lazer, com a instalação de sinalizações, objetos brincantes e mobiliário urbano em 100 espaços selecionados, priorizando o brincar não-estruturado, com brinquedos que estimulam a imaginação das crianças e não possuem uma função definida, a ponto de serem apropriados também como pontos de descanso para pessoas idosas e/ou com mobilidade reduzida, o que rendeu a Greisheim outro título em 2015, o de Cidade para Sentar.

Os projetos envolveram a colaboração entre a administração municipal, urbanistas, educadores e a comunidade local, adotando uma abordagem participativa que permitiu que as necessidades e opiniões das crianças e suas famílias fossem integradas ao processo de planejamento urbano. Além disso, iniciativas como zonas de tráfego calmo e caminhos escolares seguros foram implementadas com o objetivo de criar uma convivência saudável e segura. Assim, torna-se notória a importância de ouvir incorporar as perspectivas das crianças no

desenvolvimento urbano, uma prática que não só beneficia as crianças, mas todo o território como um todo (figura 7).

2.2 Programa Mais Vida Lagoa Encantada, PE – Brasil.

As comunidades situadas em Recife, historicamente, surgiram como resultado do intenso processo de urbanização que se deu na segunda metade do século 20 e da migração rural-urbana nas décadas passadas. Com o aumento da população nas áreas centrais da cidade, houve uma rápida expansão do tecido urbano, este fato aliado com a falta de planejamento urbano e políticas habitacionais adequadas fez com que fossem aplicadas diretrizes de esvaziamento e higienização das áreas mais nobres da cidade, o que levou à ocupação de áreas periféricas, muitas vezes sem infraestrutura básica e em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Atualmente, essas comunidades ainda sofrem com a precariedade da infraestrutura e com os riscos ambientais, como foi possível observar durante as chuvas ocorridas em 2022, quando 120 mil pessoas foram atingidas com fatalidades como deslizamentos e enchentes, agravados pelas mudanças climáticas, de acordo o site de notícias G1.

Apesar dos avanços infraestruturais em algumas áreas periféricas da cidade do Recife, muitas dessas localidades permanecem marginalizadas, com acesso restrito a serviços básicos e oportunidades de desenvolvimento. Em resposta a essa



problematização, no ano 2016 a Prefeitura da Cidade do Recife criou programas como o **Mais Vida**, na época intitulado Mais Vida nos Morros, que têm buscado reverter esse quadro, promovendo intervenções que visam melhorar a qualidade de vida, com foco no desenvolvimento sustentável, na participação comunitária e na criação de espaços urbanos que atendam às necessidades de todas as faixas etárias, especialmente as crianças. No recorte de quando foi criado até os dias atuais, o programa conseguiu atender 61 áreas pela capital pernambucana.

A comunidade de Lagoa Encantada, localizada no bairro do Ibura, foi um dos locais de destaque onde o Programa Mais Vida já atuou. Por ter sido desenvolvida em uma área mista, de planícies e morros, a localidade tem características distintas em um mesmo recorte territorial que rebatem diretamente nas condições urbanas: enquanto a parte que se situa nas planícies apresenta espaços de convivência, a área de morro traz uma limitação de áreas livres, revelando uma escassez de espaço para a realização de intervenções físicas, criando assim um desafio de como interligar essas partes da comunidade.

O Mais Vida Lagoa Encantada teve o papel de amenizar essas barreiras físicas, expandindo assim o sentimento de pertencimento do território. Os processos da participação popular (figura 8) foram de extrema necessidade para entender como esses objetivos poderiam ser alcançados, se apoiando assim em

mapeamentos da situação pré-intervenção e em momentos de cocriação com moradores e crianças.



Nas imagens disponibilizadas pelo Relatório Social do Gabinete de Inovação Urbana, documento que é usado como base para a realização do projeto técnico, é possível ver alguns exemplos de desenhos feitos pelas crianças do território (figuras), onde a equipe técnica destaca o principal pedido, a criação de áreas de brincar. A partir dessas escutas definiu-se as áreas de intervenção na comunidade. As intervenções principais aconteceram na praça da comunidade, nas escadarias e nas “varandas” criadas pelos próprios morros, cumprindo assim os objetivos específicos,

que de acordo com a equipe, eram ampliar e qualificar os espaços de convivência, permanência e brincadeiras.

As intervenções em Lagoa Encantada, beneficiaram diretamente 100 famílias e diversos espaços públicos da comunidade. A criação de um ambiente de colaboração entre os moradores e o poder público com um objetivo comum, possibilitou que a comunidade fosse vista de outra forma: mais alegre, conectada, orgulhosa e unida, fortalecendo novas possibilidades de interação dos moradores com o lugar onde vivem e com as pessoas ao seu redor.

A participação das crianças no processo de cocriação – denominado dessa forma por representar um processo de criação conjunta dos técnicos com as crianças, em que o corpo técnico busca viabilizar as solicitações dos pequenos dentro das normas e da capacidade de execução – do Programa Mais Vida, especialmente como ocorreu na comunidade Lagoa Encantada, é fundamental para a construção de espaços urbanos que atendam às necessidades e desejos desse público. A metodologia de escuta ativa, que coloca as crianças no centro do planejamento, é um dos pilares do programa. Segundo o estudo de Hart (1992), que apresenta a "Escada da Participação", o envolvimento genuíno das crianças em projetos urbanos garante que elas sejam 'protagonistas na transformação dos espaços que frequentam. Essa abordagem permite que as crianças expressem suas visões sobre o ambiente em que vivem, influenciando diretamente as intervenções



urbanísticas realizadas no programa. O Programa Mais Vida, ao adotar essa metodologia, não apenas melhora a qualidade dos espaços, mas também fortalece a autoestima e o senso de pertencimento das crianças.

2.3 Street For Kids – Silva Jardim, Jordão – PE

A Global Design Cities Initiative, uma organização sem fins lucrativos, lançou em 2018 o programa “Street for Kids” e em 2022 selecionou 10 cidades em diferentes continentes para colocar em prática seus projetos que visam melhores práticas de design, segurança viária, mobilidade ativa, brincadeiras ao ar livre e conexões sociais.

O Programa tem como objetivo melhorar a experiência de crianças e cuidadores no acesso à escola e aumentar a oferta e melhor qualidade dos espaços de permanência e brincadeira. Em 2022 o programa escolheu a capital pernambucana, Recife, para ser contemplada pelo projeto, mais especificamente a Rua Silva Jardim localizada no bairro do Jordão na zona oeste da cidade.

A rua mencionada se encontra em uma área de vulnerabilidade social, econômica e ambiental, onde existem três escolas, sendo duas municipais (figura x) que contemplam cerca de 566 alunos com idades de 2 e 10 anos.

No diagnóstico foram identificadas as seguintes problemáticas:



1. falta de infraestrutura básica para as crianças e seus cuidadores acessarem escolas e creches do bairro. 2. falta de espaços de espera, convivência, recreação e contato com a natureza.

A proposta do programa prevê a transformação da rua Jardim Silva e rua 22 de Agosto através da implementação de uma solução permanente com fases de implementação pop-up no processo de engajamento com a comunidade. A ideia do projeto é transformar o trajeto em rua compartilhada com piso de paralelepípedos, alargamento de calçada e redução da velocidade de veículos.



No processo de engajamento com a comunidade foram realizadas três oficinas de cocriação aplicando a ferramenta de design participativo para subsidiar o projeto executado pelo Street For Kids, a primeira foi voltada para o público infantil estudando, a segunda para o público adulto residente e a terceira para o corpo docente.

Dentro das oficinas (figura 19) produzidas pela Prefeitura do Recife, houve a captação de um breve diagnóstico, essencial para entender a forma de vida da comunidade. Junto com ajuda de maquetes, mapas (figura X) e desenhos foram produzidas algumas intervenções de mobiliários para as crianças, junto com desenhos lúdicos para serem replicados nas calçadas. Essa metodologia foi essencial para a compreensão do que seria o projeto para as pessoas que utilizam do passeio urbano, por conta das mudanças de dimensões que aconteceram nas vias de calças e tráfego de veículos.





ABO...

Dentre as intervenções no percurso algumas das que chamaram mais atenção foram as estruturas lúdicas e de sombreamento como na figura x e X. O projeto contou também com a criação de uma praça na frente da Escola Municipal Pastor José Munguba Sobrinho.



Com a análise desses três correlatos fica notório que a integração das perspectivas das crianças não só enriqueceu o processo de planejamento, como também fortaleceu a identidade e o senso de pertencimento da comunidade. Ambos os casos sublinham que, ao incorporar a visão das crianças, as cidades podem se tornar mais humanas, seguras e conectadas, beneficiando todas as gerações. Partindo desse ponto, o trabalho a seguir busca compreender como aplicar esses conceitos no bairro do Curado II na Cidade de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco – Brasil.

CIRANDA CIRANDINHA



3.1 - Jaboatão e seu distrito do Curado

A cidade de Jaboatão dos Guararapes, localizada na Região Metropolitana de Recife, foi fundada em 4 de maio de 1593 por Bento Luiz de Figueiroa. O nome da cidade tem origem no termo indígena "Yapoatan", que se refere a uma árvore comum na região (IBGE, 2013). Jaboatão é conhecida por seu papel fundamental na história do Brasil, particularmente por ter sido o cenário das Batalhas dos Guararapes, confrontos decisivos na luta contra os holandeses no século XVII. As duas batalhas, ocorridas em 19 de abril de 1648 e 1649, resultaram na derrota das tropas holandesas, consolidando o domínio luso-brasileiro na região (COMANDO MILITAR 7ª REGIÃO, 2012).

A cidade também é marcada pela sua relação com os engenhos de cana-de-açúcar, que dominavam a paisagem até o início do século XX. Com o tempo, Jaboatão passou por um processo de urbanização acelerada, especialmente após a construção da BR-232 e do Terminal Integrado de Passageiros (TIP), que facilitaram o acesso à capital pernambucana e estimularam o crescimento econômico (MEDEIROS, 2010).

Atualmente, Jaboatão dos Guararapes abrange uma área de 258,724 km² e conta com uma população estimada em cerca de 711.330 habitantes (IBGE, 2019). Embora tenha se desenvolvido como uma cidade industrial e comercial, ainda preserva marcos históricos importantes, como o Centro de Jaboatão Velho, onde se

encontram monumentos e traços da arquitetura colonial, que refletem sua rica herança cultural.



Figura 24 - Mapa de referência sobre a localização da Cidade de Jaboatão na Região Metropolitana do Recife. Fonte: Prefeitura de Jaboatão

O distrito do Curado é composto por cinco bairros: Curado I, II, III, IV e V. A ocupação dessa área começou a ganhar destaque em 1964, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), que tinha como objetivo diminuir o déficit habitacional e movimentar a economia local (SANTOS, 2015). Esses bairros foram desenvolvidos com o objetivo de fornecer moradia a famílias de baixa renda e movimentar a economia local através da construção civil (SANTOS, 2015).

Os bairros do Curado, localizados na extremidade norte da Cidade, faz divisa com Recife, Moreno e São Lourenço da Mata, foram construídos principalmente em terras de antigos engenhos de cana-de-açúcar (Figura 25).

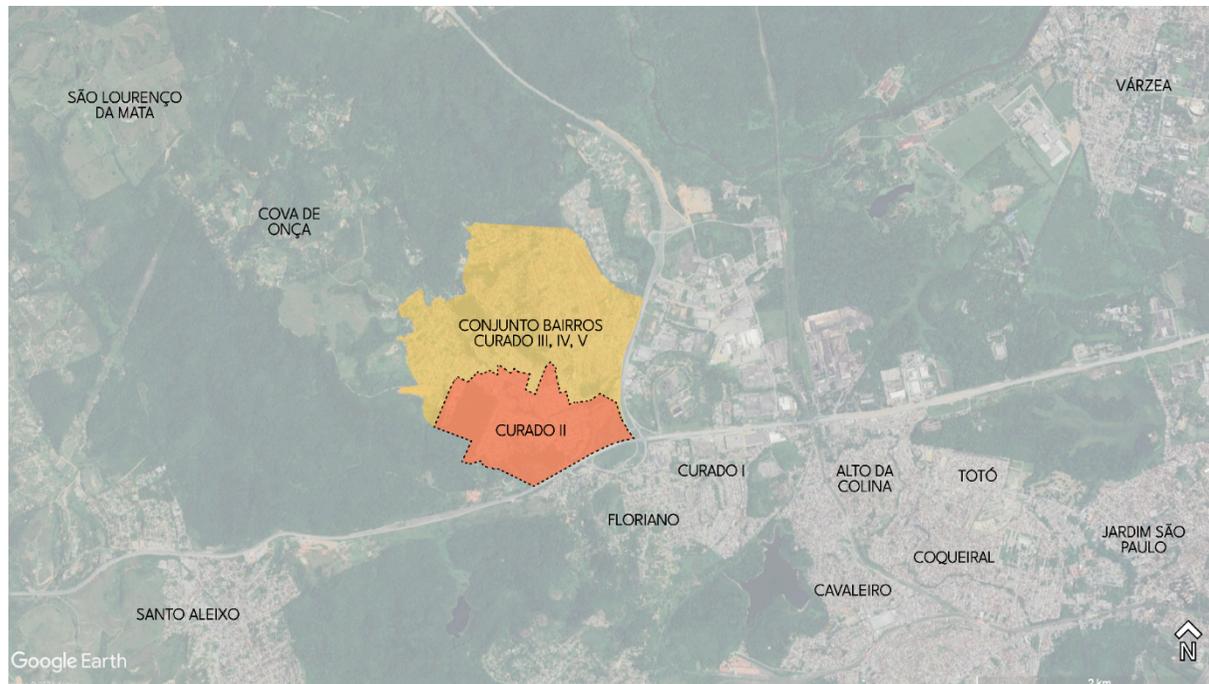


Figura SEQ Figura * ARABIC 25 - Mapa de localização dos bairros homônimos. Fonte: Google Earth

O Curado I, foi estabelecido em 1978, em terras do antigo Engenho Cumbe, contudo é um bairro que não faz limite com os outros seguido pelo Curado II, III e IV, foram implantados em áreas dos engenhos Santo Amarinho, Cova da Onça e São Francisco, respectivamente (MEDEIROS, 2010). Essas áreas, anteriormente predominantemente rurais, começaram a ser transformadas em áreas urbanas à medida que surgiram conjuntos habitacionais financiados pelo BNH (MEDEIROS, 2010).

A instalação desses conjuntos habitacionais nos morros de Jaboatão, com uma altimetria de 99m em relação ao nível do mar, trouxe consigo desafios, como a falta de infraestrutura básica para atender ao aumento populacional. No Curado IV, por exemplo, o número de apartamentos disponíveis não era suficiente para suprir a demanda habitacional, o que resultou na ocupação de áreas ao redor dos conjuntos por moradias informais (SANTOS, 2015) (figura 26). Esses processos de ocupação irregular trouxeram uma série de problemas ambientais e sanitários, como deslizamentos de terra e alagamentos (MEDEIROS, 2010). Partindo dessa análise mais ampla sobre a cidade de Jaboatão e a criação dos “Curados” em uma forma geral, é necessário entender como esse conjunto se compartilha em sua esfera urbana e focando nas crianças e no brincar.



3.2 – Escolha da rota e espaço de análise

Começamos a escolher o recorte por uma análise de caminhabilidade, primeiro rastreando as áreas de convivência (figura 27) que se existam em toda parte do distrito do Curado diretamente ligados, sendo o caso do Curado II, III, IV e V. A esse ponto do trabalho é necessário, para a melhor leitura do documento o uso do termo “Curados” para discorrer as análises desse recorte.



LEGENDAS:

-  ÁREAS DE CONVÍVIO
-  ESTAÇÕES DE TRATAMENTO COMPESA
-  JPA - CURADO
-  ATACA DO DOS PRESENTES
-  RODoviÁRIA E TERMINAL INTEGRADO

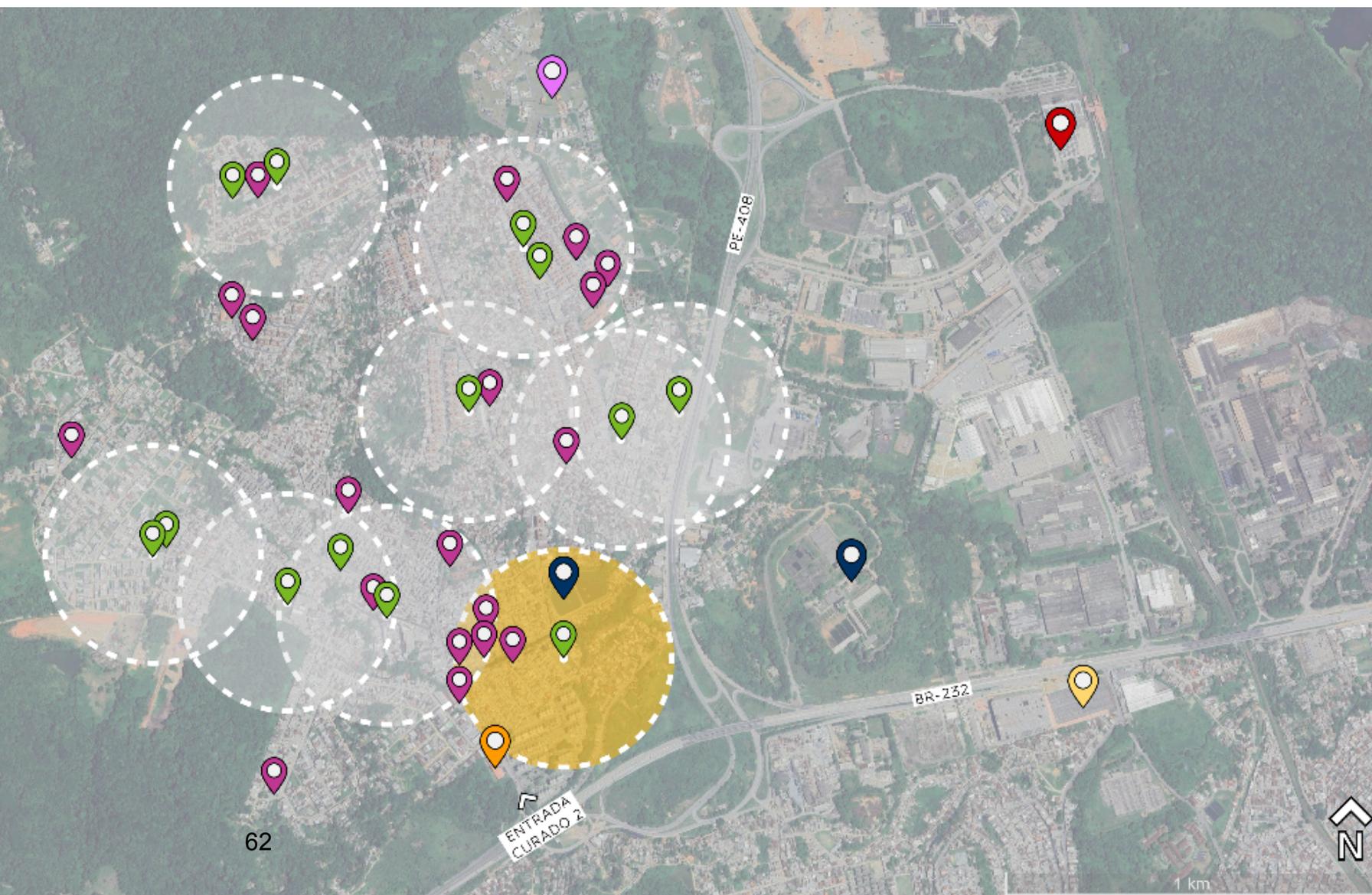
Com o auxílio do google Earth foi possível entender os pontos que estão localizadas as áreas de convivência, tendo como uma percepção que todos os “Curados” tem um ponto de aglomeração de pessoas, por mais que o locais não sejam oficializados como praças implementas ou áreas de brincadeiras.

Após esse mapeamento partimos para o levantamento de todos os equipamentos escolares (figura 28) que existiam no bairro, sendo elas educandários, creches e escolas de nível fundamental e médio. Esse mapeamento é de extrema importância par que se entenda quais rotas e áreas possível de uma intervenção mais certa e concreta. Igualmente ao mapa anterior foi identificado que todos os “Curados” existem áreas escolares, intensificando assim a quantidade de crianças que caminham por todo recorte.



- LEGENDAS:
-  EQUIPAMENTOS EDUCACIONAS
 -  ESTAÇÕES DE TRATAMENTO COMPESA
 -  UPA - CURADO
 -  ATACADO DOS PRESENTES
 -  RODOVIÁRIA E TERMINAL INTEGRADO

O próximo passo se deu em traçar um raio de caminhabilidade (Figura 29) de 300m, tendo como centro do raio as áreas de convivência, observando assim a quantidade de escolas que estão nesse perímetro. Apesar de a UNICEF recomendar um raio de até 500m como ideal para garantir a mobilidade segura de crianças nas cidades, especialmente em áreas planas e com boa infraestrutura (UNICEF, 2004), optou-se por reduzir esse limite para 300m devido às características topográficas da comunidade. Com partes localizadas em morros e terrenos acidentados, o deslocamento se torna mais desafiador, especialmente para as crianças, o que justifica a escolha de um raio menor, adaptado às condições locais.



62

ENTRADA CURADO 2

PE-408

BR-232

1 km

LEGENDAS:

-  RAIO DE CAMINHABILIDADE 300m
-  ÁREAS DE CONVIVIO
-  EQUIPAMENTOS EDUCACIONAS
-  UPA - CURADO
-  ALPHAVILLE FRANCISCO BRENNAND
-  ESTAÇÕES DE TRATAMENTO COMPESA
-  ATACADO DOS PRESENTES
-  RODOVIÁRIA E TERMINAL INTEGRADO

Como falado anteriormente o conjunto do Curado é formado por áreas de morro que chegam a quase 100m de alturas, essa diferença de topografia faz com que se criem divisões geográficas dentro de uma mesma comunidade. Sendo assim, a escolha do recorte se dá a partir de alguns pontos, como a facilidade de acesso aos alunos e crianças àquele espaço, também pela diversidade da paisagem podendo assim servir de modelo para se replicar nas partes de planícies dos “Curados”. Contudo, entendendo a importância de estudo futuro que entendesse qual a melhor forma de conectar as áreas de morros.

O bairro Curado II, onde se localiza a área de caminhabilidade escolhida, localizado em Jaboatão dos Guararapes (figura 30), teve sua formação também iniciada no final da década de 1970, seguindo o padrão de urbanização estabelecido para os bairros do Curado. As terras onde hoje se localiza o bairro eram anteriormente parte do Engenho Santo Amarinho, e sua transformação em área urbana foi resultado direto do projeto de habitação do BNH (SANTOS, 2015).

Com a chegada dos primeiros moradores, o bairro começou a se estruturar, recebendo investimentos em infraestrutura, como escolas, áreas de lazer e comércios locais. A proximidade com a BR-232 facilitou a conexão do Curado II com

outras partes da cidade, contribuindo para o seu crescimento econômico e a melhoria na qualidade de vida dos moradores (MEDEIROS, 2010).



LEGENDAS:

-  BAIRRO CURADO 2
-  UPA - CURADO
-  ALPHAVILLE FRANCISCO BRENNAND
-  ESTAÇÕES DE TRATAMENTO COMPESA
-  ATACADO DOS PRESENTES
-  RODOVIÁRIA E TERMINAL INTEGRADO

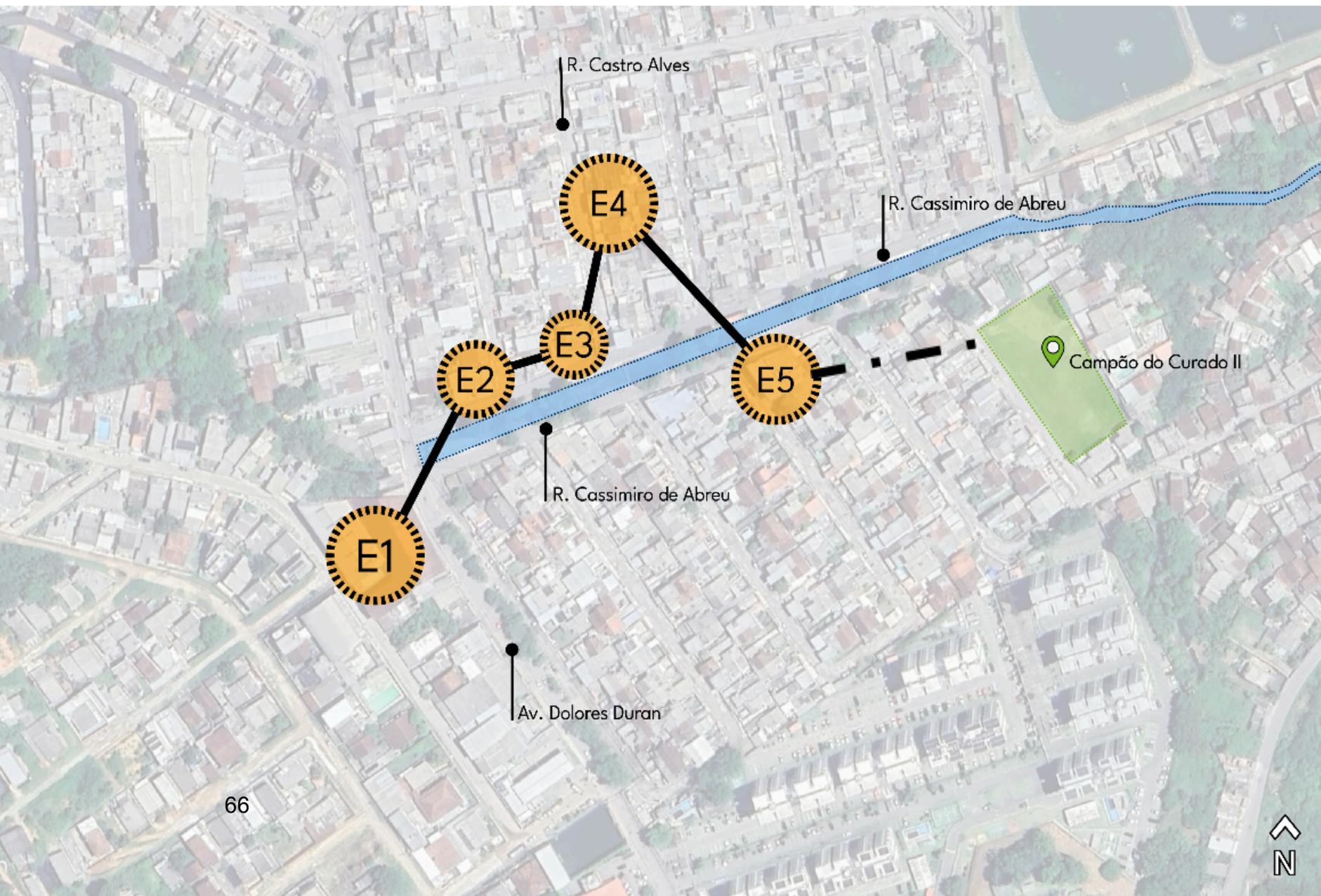
Apesar dos avanços, o bairro enfrenta desafios típicos de áreas periféricas urbanizadas rapidamente. A falta de planejamento urbano adequado resultou na

ocupação de áreas de morros e encostas, o que agrava o risco de deslizamentos, principalmente durante a estação chuvosa (SANTOS, 2015). Além disso, a pressão do adensamento populacional sem infraestrutura proporcional também gera problemas relacionados ao saneamento básico, como esgoto a céu aberto e alagamentos frequentes.

Ainda assim, Curado II permanece como uma área de grande importância social e cultural dentro do município, com uma população diversa que contribui para o dinamismo da região. O bairro continua em processo de evolução, buscando soluções para os desafios que surgiram ao longo de sua história e mantendo-se conectado com as principais vias de acesso da Região Metropolitana de Recife.

Ao se aproximar do recorte, as escolas mapeadas junto com as áreas de convivência formam uma rota de conexão, que cria já uma rota de desejo para a área de convivência do local, “o Campão, (Figura 31), conectando todas as escolas (figura XX) e formando o percurso e assim, um recorte (figura 32) em que o trabalho de campo será aplicado. Essa formação espontânea das rotas remete à teoria de Lynch (1960), onde o autor afirma que os percursos de caminhada são criados naturalmente pelo corpo à medida que as pessoas se movimentam pelos espaços urbanos, respondendo intuitivamente ao ambiente. Segundo Lynch, os trajetos que percorremos são resultados da nossa percepção e experiência do espaço, formando uma conexão natural entre os pontos de interesse.





LEGENDAS:

- E1** ESCOLA MUNICIPAL IRACI RODOVALHO
- E2** CENTRO DE ENSINO TALENTO
- E3** ESPAÇO INFANTIL AQUARELA
- E4** INSTITUTO SANTA MARIA
- E5** COLÉGIO SANTA CLARA

Como é possível notar as que os equipamentos educacionais têm proximidades muito forte entre eles o que faz com que em horários de picos se atinja uma grande quantidade de crianças pelas ruas e passarelas. Esse fato faz com que no final da tarde, o Campão do Curado, mesmo sendo considerado um vazio urbano, seja bastante utilizado para brincadeiras como soltar pipa, futebol, pique-pegas, entre outras.

Visitas de campos foram feitas, de forma de deriva mesmo, para certificar essas análises sobre o recorte e assim o recorte proposto, seguiu o pensamento de ligar a via principal que recorta e liga os bairros com a área de convivência, contemplando assim as ruas de coletoras ao redor do Canal do Curado. Contudo, como uma forma de potencializar o estudo por conta da quantidade de crianças que utilizam do espaço também foi posto no recorte a Rua Augusto Reinaldo, do Campão e a Rua Castro Alves, onde fica o Instituto Santa Maria. Assim delimitamos o recorte (figura x), que conta com 4 ruas, o canal que corta o recorte e o Campão do Curado.



R. Castro Alves

R. Cassimiro de Abreu

Campão do Curado II

R. Cassimiro de Abreu

R. Augusto Reinaldo

68

Av. Dolores Duran

Para melhor interação do recorte, precisamos entender o funcionamento de vias do recorte (figura xx). Podemos entender que o corte feito pelo canal não é notório somente pela visão de satélite do mapa, mas também por questões dos pedestres, que precisam das passarelas para transitar, quanto a questão do modal de transporte público, que acaba atendo a parte oposta de onde se localiza nossa área de convivência, com duas paradas de ônibus.



SE ESSA RUA FOSSE MINHA?

*Figura SEQ Figura * ARABIC 34 - Mapa do fluxo de vias do recorte. Fonte: Google Earth.*

4.1 As metodologias de análise do território e cocriação

Como já explicitado durante este estudo, o processo participativo no urbanismo é fundamental para garantir que os projetos urbanos atendam às necessidades reais da população, promovendo cidades mais inclusivas e equitativas. Ao envolver os moradores nas decisões sobre o planejamento e uso dos espaços, cria-se um senso de pertencimento e corresponsabilidade, o que aumenta a eficácia e a aceitação das intervenções urbanas. Além disso, a participação popular permite que vozes historicamente marginalizadas, como as de comunidades periféricas, sejam ouvidas, resultando em soluções mais sensíveis às diversidades sociais e culturais. Segundo Healey (1997), a prática participativa também contribui para a construção de um urbanismo democrático, onde diferentes grupos podem colaborar na criação de ambientes urbanos que reflitam as suas aspirações e valores.

Para a realização deste trabalho, foram escolhidos **dois métodos de pesquisa** complementares. O primeiro baseia-se na observação da cidade, seguindo os princípios descritos por Jan Gehl em seu livro *A Vida Na Cidade: Como Estudar*. Gehl propõe o método de "rastreamento", que consiste em posicionar-se em um ponto fixo da cidade para observar e analisar o comportamento das pessoas e seus padrões de movimento no espaço público. Através dessa abordagem, é possível identificar como os pedestres interagem com o ambiente urbano, no caso de quais

rotas preferem e como utilizam os espaços disponíveis, proporcionando uma compreensão mais detalhada sobre a dinâmica da vida urbana.

Esse método foi aplicado no momento de delimitação do recorte deste trabalho, com o intuito de analisar os trajetos e os comportamentos das crianças tanto acompanhadas quanto sozinhas em relação aos espaços de convivência e escolas mapeadas entendendo assim a dinâmica do espaço em um período, a fim de ter uma ideia das formas de intervenção na área.

O segundo método seguindo a abordagem de cocriação, permite a participação ativa de diferentes atores no processo de construção urbana. Diversos métodos podem ser aplicados dentro dessa abordagem, e, neste caso, foram formuladas perguntas-chave para que as próprias crianças respondessem, além de oferecer a oportunidade de fazerem desenhos sobre o que desejavam ver em suas ruas, caso tivessem interesse. Essa metodologia foi escolhida por não exigir a intervenção direta de um adulto, garantindo a espontaneidade das respostas e preservando a identidade das crianças participantes. A cocriação com crianças tem sido amplamente incentivada por organizações como a CoCriança, que defende a importância de ouvir diretamente os pequenos cidadãos no planejamento das cidades, promovendo uma construção coletiva e inclusiva dos espaços urbanos (CoCriança, 2020).

4.2 Rastreamento das rotas

A metodologia apontada foi aplicada da seguinte forma.

1. **Definição dos pontos de observação:** Sendo separadas em **4 pontos**, sendo escolhidos de uma forma que se pudesse ter toda visão sobre alguns pontos chaves, como as travessias pelo canal do Curado II.
2. **Tempo de observação:** Utilizando de base no estudo de Gelh, a escolha do tempo de **20 minutos**.
3. **Material Analisado:** O destaque das análises ficou restritas a observação de crianças em vários momentos, como é possível ver nas figuras abaixo. Ao lado da quantidade tinha um mapa onde foi riscado as direções da rota em que elas iam, saindo das escolas, a caminho mercadinho ou de casa, se fizeram a travessia das pontes ou não. A observação foi realizada no mês de agosto no horário diurno, quando as crianças largavam da escola: 10:00hr até 12:00hr.



RUA: RUA CASTRO ALVES

DATA: 13/08 HORA: 11:30 CLIMA: TEMPO:

CRIANÇA CAMINHANDO

CRIANÇA CAMINHANDO BRINCANDO

CRIANÇA BRINCANDO

CRIANÇA DE COLO

GESTANTE CAMINHANDO

GESTANTE SENTANDO

ANOTAÇÕES

→ RUA DO ISM	CARRO
→ KWIKOS PAIS UNIDO BUSCAR AS CRIAS	MOLO
	BIKE
	→ VANS ESCOLARES
	→ CARROS PARA BUSCAR AS CRIANÇAS
→ PESSOAS CONVERSANDO NA RUA	



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO 2
ALUNA: ELISA SOARES DE MELO



RUA: RUA CASSIMIRO DE ABREU
DATA: 13/08 HORA: 10:00 CLIMA: 26° TEMPO: 20 min.

CRIANÇA CAMINHANDO ○○○○○○

CRIANÇA CAMINHANDO BRINCANDO

CRIANÇA BRINCANDO

CRIANÇA DE COLO ●

GESTANTE CAMINHANDO

GESTANTE SENTANDO

ANOTAÇÕES: uma ~~quarta~~ feira de manhã
terça - feira

luto: ○○○○○○○○

Carro: ● 75

Bicicleta: ○○



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO 2
ALUNA: ELISA SOARES DE MELO



RUA: RUA CASIMIRO DE ABREU

DATA: 13/08 HORA: 10:30 CLIMA: 26° TEMPO: 20 min.

CRIANÇA CAMINHANDO ○○○○○○

CRIANÇA CAMINHANDO BRINCANDO ○○

CRIANÇA BRINCANDO

CRIANÇA DE COLO

GESTANTE CAMINHANDO

GESTANTE SENTANDO

ANOTAÇÕES

MOTO: ○○○○ 41 ○○○

BIKE: ○○○ 77

CARRO: ○



1. CRIANÇAS ANDANDO NO RECORTE: 36 CRIANÇAS
2. CRIANÇAS CAMINHANDO E BRINCANDO: 10 CRIANÇAS
3. CRIANÇAS BRINCANDO: 6 CRIANÇAS
4. CRIANÇA DE COLO: 1 CRIANÇA
5. GESTANTE CAMINHANDO: 2 GESTANTES
6. GESTANTE SENTADA: NENHUMA

A análise da dinâmica espacial em relação às crianças revela a necessidade de considerar o horário como um parâmetro essencial, sugerindo a importância de uma amostragem mais abrangente em diferentes turnos para obter resultados mais significativos. Observa-se que, apesar de muitas crianças utilizarem as rotas a pé e interagirem com seus pais durante o percurso, as condições atuais da infraestrutura urbana carecem de cuidados e segurança adequados.

No que diz respeito às passarelas do canal, a maioria das crianças que transitavam desacompanhadas optou por utilizá-las como parte de seu trajeto. Em contrapartida, as calçadas são pouco utilizadas, uma vez que as crianças tendem a escolher o lado mais próximo do canal, mesmo que este espaço esteja delimitado pela rua aberta aos carros, apresentando riscos à segurança. Essa preferência evidencia a existência de uma "rota de desejo" que é essencial para a experiência

urbana infantil, conforme discutido por autores como K. Malone (2018), que abordam os direitos das crianças e sua relação com o ambiente urbano.

Ademais, as observações indicam que as crianças que estavam brincando, muitas vezes, interagem com o espaço de forma lúdica, utilizando os revestimentos das calçadas para brincadeiras como amarelinha, pulando entre calçadas e incorporando a ludicidade em sua experiência cotidiana. Esse fenômeno está alinhado com os princípios do conceito de LudiCidade, que propõe uma integração entre o lúdico e a cidade, enfatizando a importância do brincar como forma de inventar e transformar o espaço urbano (LudiCidade, 2022).

Portanto, a reflexão sobre a interação das crianças com o ambiente urbano por meio do método de rastreamento destaca a urgência de repensar as infraestruturas urbanas, promovendo ambientes que favoreçam não apenas a mobilidade, mas também a ludicidade, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças na cidade.

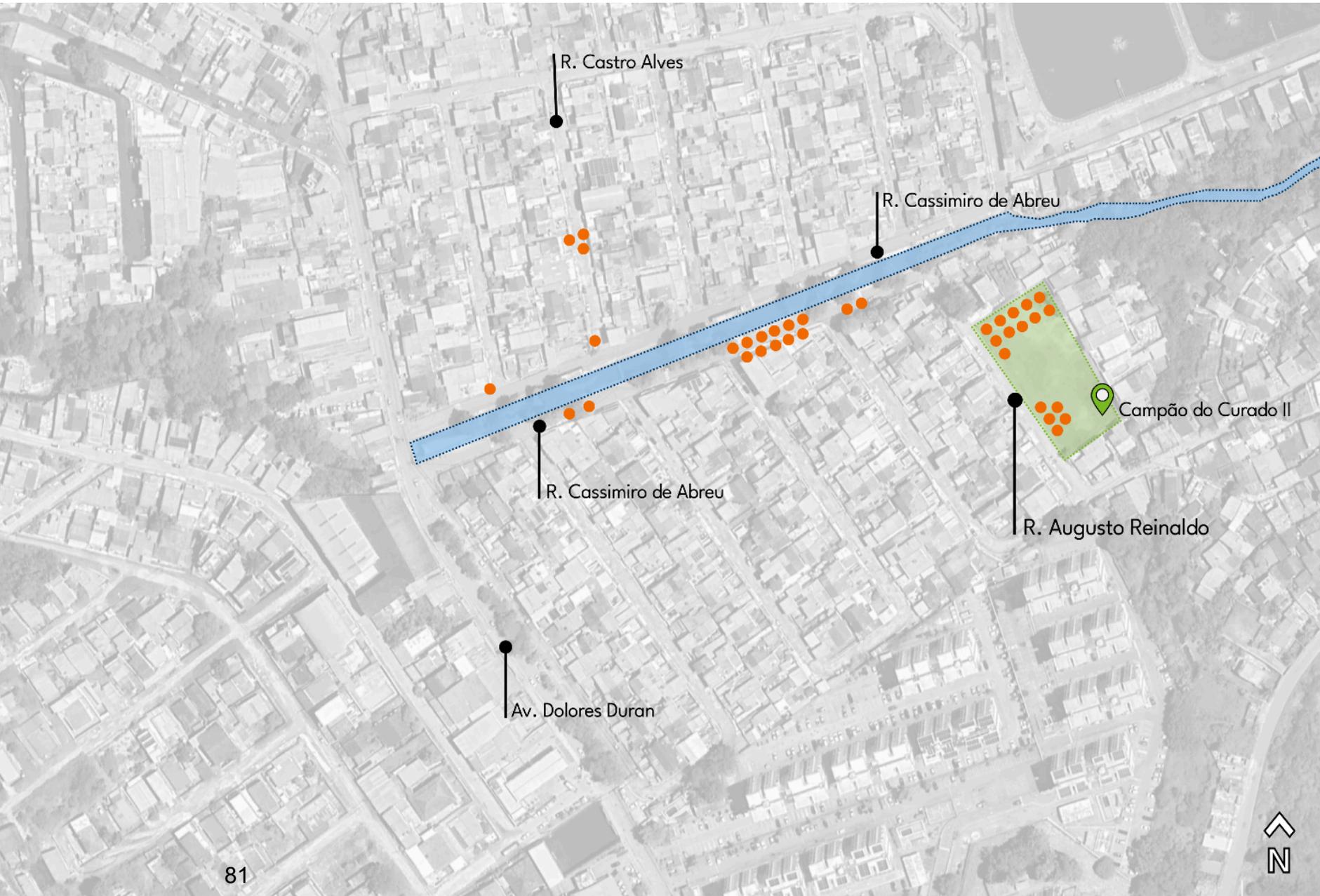
4.3 Pesquisa com as crianças

A atividade traz de maneira lúdica uma forma das crianças se sentirem pertencentes a cidade, levando em conta que elas foram incentivadas a pensar qual seria nas melhorias e nos seus almejos para a rua. Sendo assim, nasce a nomenclatura “E se essa rua/prça fosse sua?”. Remetendo a melodia que fez parte

da infância de muitas gerações.

A montagem dessa atividade começou com perguntas chaves que iriam trazer diretrizes e indicadores para a formulação de um diagnóstico projetual (Anexo X). Começando assim com questões como: “Você anda a pé pelo bairro?”, “O que tem na rua em que você costuma a andar?”, “O que você não gosta na rua que você anda?”, “Você costuma a brincar na rua?” e “Você costuma a brincar de quê na rua?”. No material entregue a criança ao lado desse quadro tem um quadro onde as crianças desenharam o que seria ideal para a rua e para a praça.

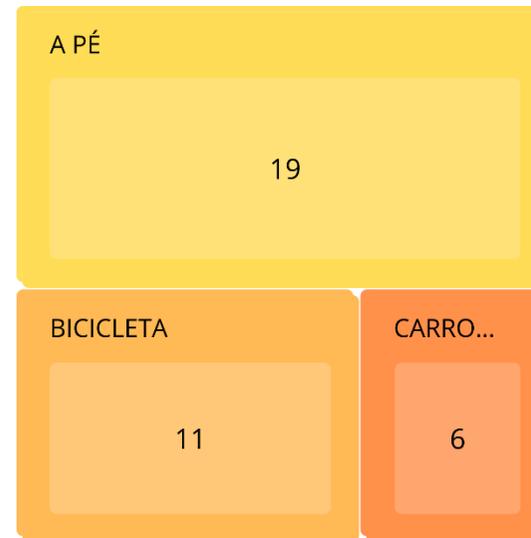
A ficha teve 36 crianças alcançadas (figura 35) entre o intervalo de 6 – 14 anos, algumas quiseram somente escrever e desenhar, enquanto outra tiveram preferência que as perguntas.



LEGENDAS:

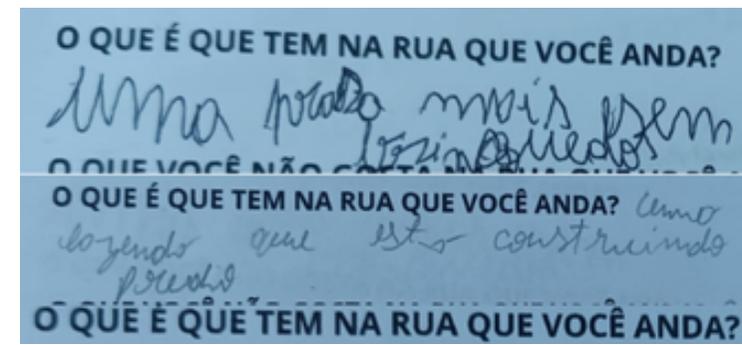
-  CRIANÇAS QUE PARTICIPARAM DA ATIVIDADE

Dessas crianças somente 19 andam a pé até a escola ou a outro local do bairro, contudo nas conversas paralelas a pesquisa muitas vezes foram abordadas questão de da falta de tempo dos pais da fazerem esse percurso até a escola. As que andam destacaram que sentem receio com os carros e motos, contando que por conta das calçadas degradadas preferiam dividir espaço andando na via de carros. Outro ponto de destaque, que crianças que faziam o uso do carro afirmaram que em sua maioria iam em carro compartilhados com outros alunos, onde um responsável reúne um grupo e leva para a escola, fazendo o papel de buscar também.



Dando continuidade à análise das respostas obtidas no formulário, destacam-se alguns pontos que chamaram atenção, especialmente em relação à percepção das crianças sobre o espaço que percorrem até a escola. A segunda pergunta abordava o que as crianças identificavam ao longo do trajeto, com o intuito de compreender como elas percebiam o espaço urbano em seu entorno.

As respostas variaram e revelaram diferentes aspectos do meio urbano (figura X), como: "uma praça, mas sem brinquedos", "estão construindo um prédio",



"árvore", "casas e um campo", "tartaruga e muita casa" e "muito barro". A partir dessas informações, podemos afirmar que as crianças demonstram familiaridade com os elementos urbanos, como residências, construções e áreas de convivência, ainda que reconheçam a falta de infraestrutura adequada nesses espaços.

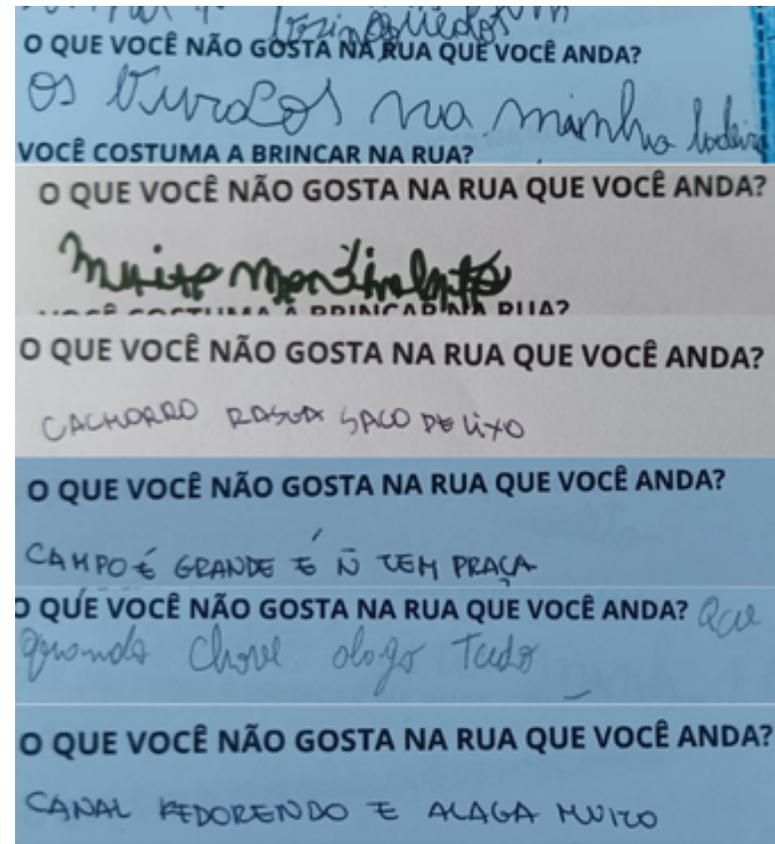
Essa leitura crítica se intensifica quando analisamos o que as crianças apontaram como aspectos negativos em sua rota cotidiana (figura X), com comentários como: "os buracos na minha ladeira", "muito movimentado", "cachorro rasga saco de lixo", "o campo é grande e não tem praça" — sendo esse campo parte do estudo em questão. Duas observações merecem destaque: "quando chove, alaga tudo" e "canal fedorento e alaga muito". Essas falas refletem diretamente as experiências das crianças durante as intensas chuvas de 2022, quando o bairro do Curado II e diversas outras áreas de Jaboatão dos Guararapes enfrentaram sérios problemas de drenagem.

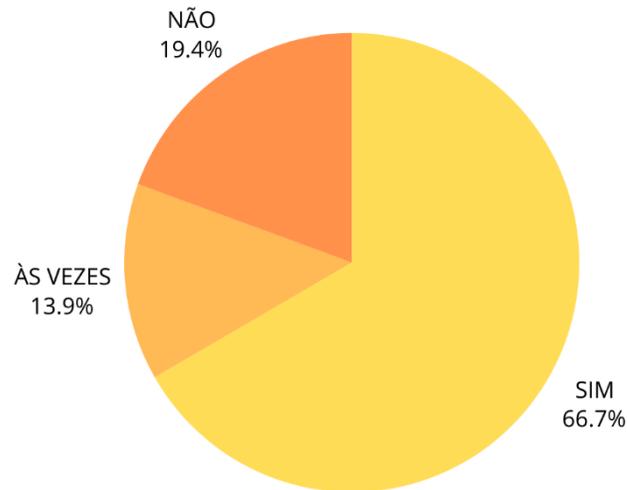
As chuvas de maio de 2022, as mais intensas em 30 anos, registraram mais de 260 milímetros em 24 horas, o que resultou em alagamentos, enchentes e deslizamentos, expondo as deficiências do sistema de drenagem do bairro (figura 37). O sistema existente demonstrou-se incapaz de escoar o volume de água, agravado pelo assoreamento do rio Jaboatão, ampliando o risco de enchentes e comprometendo a segurança da população local (Brasil de Fato, 2022).

Além disso, a falta de manutenção das vias e a ocupação desordenada pioraram a situação, com deslizamentos de barreiras que atingiram moradias, desalojando várias famílias. Apesar de existirem planos de macrodrenagem desde 2017, com investimentos contínuos, esses esforços têm se mostrado insuficientes para resolver o problema de forma eficaz (JC NE10, 2022).

Ao entrelaçarmos essas informações, percebemos que as crianças desenvolvem um forte sentimento de pertencimento ao espaço que ocupam, observando e vivendo as transformações e deficiências do bairro. Isso enfatiza a importância de escutarmos suas percepções e compreendermos sua visão crítica sobre o cotidiano em que estão inseridas, reforçando a relevância de incluí-las no planejamento urbano (Malone, 2018; Winnicott, 1971)

Após a análise diagnóstica do local, foi possível começar a compreender como se dá o ato de brincar das crianças nas ruas. A primeira questão do estudo abordou a existência dessa relação entre as crianças e o espaço público, indagando se elas costumam brincar na rua. O resultado revelou que 66,7% das crianças afirmaram brincar no espaço urbano (figura X), o que sugere que a rua ainda se mantém como um ambiente relevante para a socialização infantil. Esses dados iniciais reforçam a necessidade de investigar como as condições do espaço público influenciam diretamente essa prática.





No entanto, ao avaliar as respostas das crianças que responderam "às vezes" ou "não", emergiram fatores que restringem o uso da rua para o lazer. As justificativas incluem frases como: "só ando com os pais", "só quando estou indo para a escola", "não, não tem crianças" e "não, tem buraco, carro e não tem sinal". Essas respostas apontam para a interferência direta da infraestrutura urbana na capacidade das crianças de usufruir do espaço para brincar. Problemas como a falta de sinalização, presença de buracos e o tráfego de veículos evidenciam que o espaço não é percebido como seguro, limitando assim a autonomia e a frequência com que as crianças ocupam as ruas (Jacobs, 1961).

Essa análise revela como a qualidade do ambiente urbano molda as

interações das crianças com o espaço público. O ato de brincar, além de ser essencial para o desenvolvimento social e cognitivo, é uma forma de apropriação do espaço urbano pelas crianças, proporcionando-lhes um sentimento de pertencimento e autonomia. Contudo, para que essa apropriação seja efetiva, é fundamental que o ambiente seja acessível e seguro, o que reforça a importância de um planejamento urbano que atenda às necessidades da infância (Malone, 2018). Assim, torna-se imprescindível a criação de espaços públicos que respeitem e protejam as crianças, proporcionando-lhes um ambiente propício ao seu desenvolvimento integral.

As brincadeiras de rua desempenham um papel central na vida de muitas crianças da comunidade. Quando questionadas sobre quais atividades lúdicas praticam diariamente, surgiram respostas como: pega-pega, pega-rato, esconde-esconde, amarelinha, soltar pipa e jogar futebol. Essas brincadeiras tradicionais mostram como o espaço público é fundamental para a interação social e o desenvolvimento infantil. A partir dessas informações, foi proposto um exercício imaginativo, incentivando as crianças a expressarem o que considerariam ideal para o espaço, caso a rua fosse oficialmente reconhecida como "delas". Dessa forma, elas puderam sugerir melhorias e pensar em como o ambiente poderia ser adaptado para melhor atender suas necessidades lúdicas.

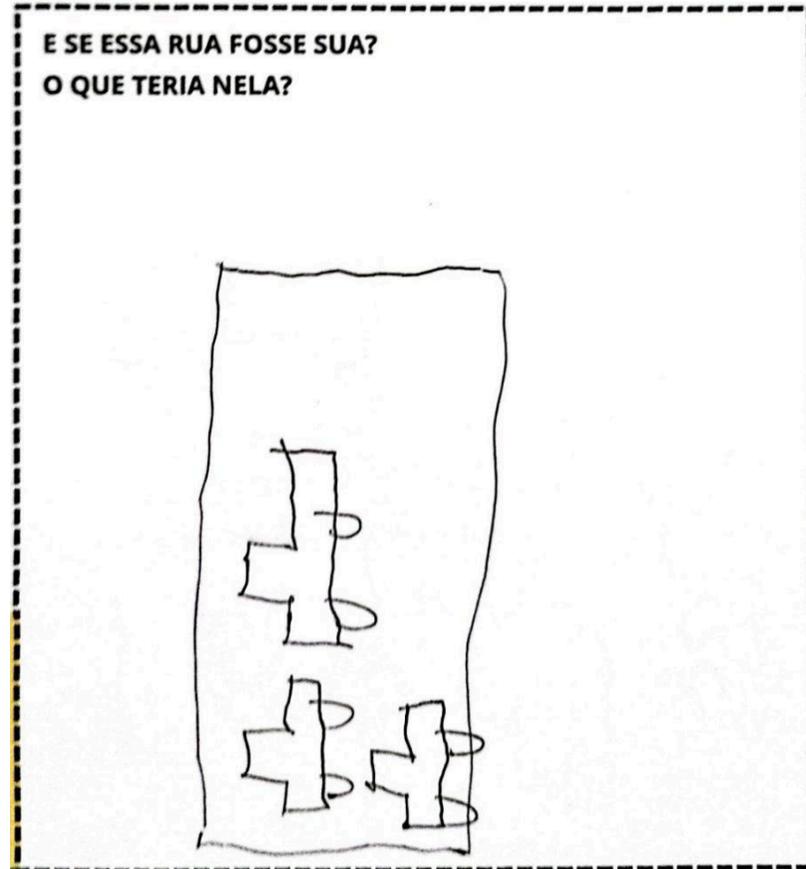
Tivemos respostas variadas que podem ser retiradas do desenhos (figura

x), esses desenhos representam o que as crianças almejam para o local onde vivem ou transitam.

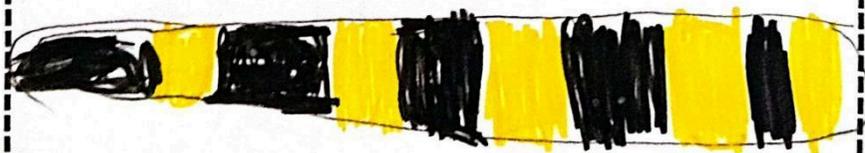
- PARQUINHO
- ESCORREGO
- BALANÇO
- FLORES
- GIRA-GIRA
- **LOMBADA PARA QUE OS CARROS ABAIXEM A VELOCIDADE E NÃO ATRAPALHE AS BRINCADEIRAS**
- ESTACIONAMENTO
- LOCAL PARA JOGAR FUTEBOL
- ÁRVORES
- **“DIVIDIR O CAMPÃO NO MEIO, UMA PARTE PARA O FUTEBOL E OUTRA PARA UM PARQUINHO”**
- RESTAURANTE
- REFAZER O CALÇAMENTO DA RUA
- ILUMINAR A RUA
- TER LUGAR PARA AS CRIANÇAS MENORES
- CONSTRUIR UMA ARQUIBANCADA E UMA PISTA DE COOPER NO CAMPÃO
- LIXEIRAS

Para o melhor entendimento da atividade segue no próximo tópico, “4.4 Se essa rua fosse minha” as imagens das ações.

4.4 "SE ESSA RUA FOSSE MINHA?"



E SE ESSA RUA FOSSE SUA?
O QUE TERIA NELA?



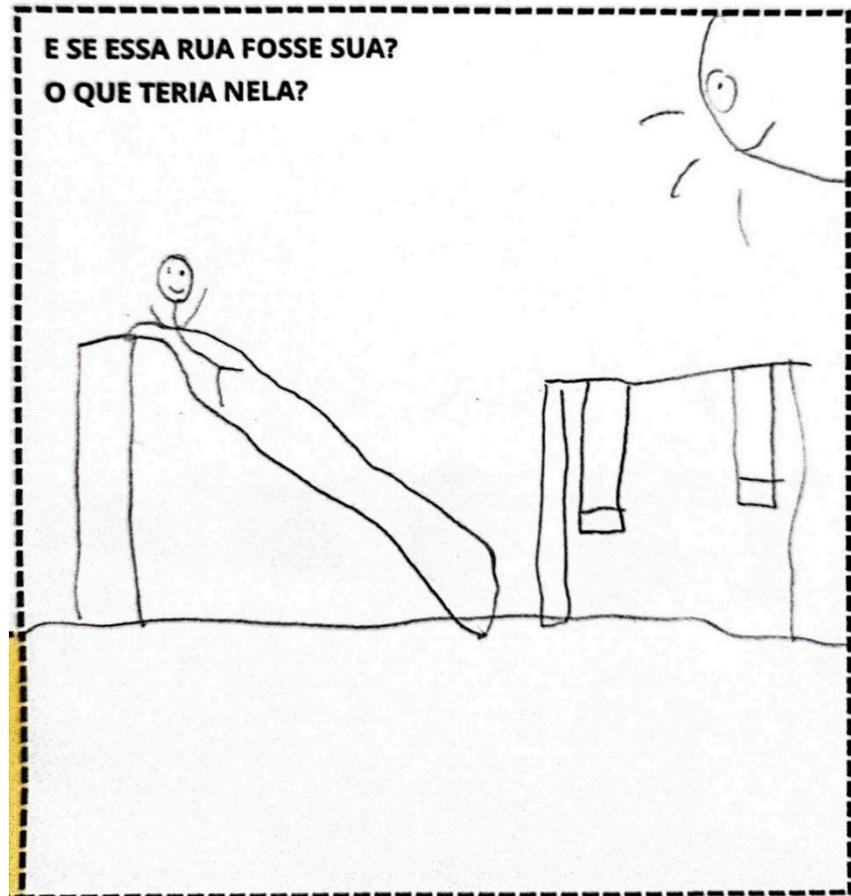
E SE ESSA RUA FOSSE SUA?
O QUE TERIA NELA?



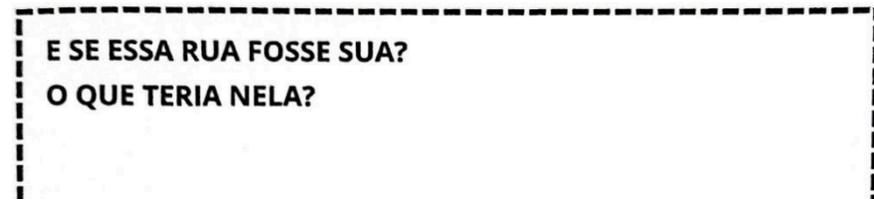
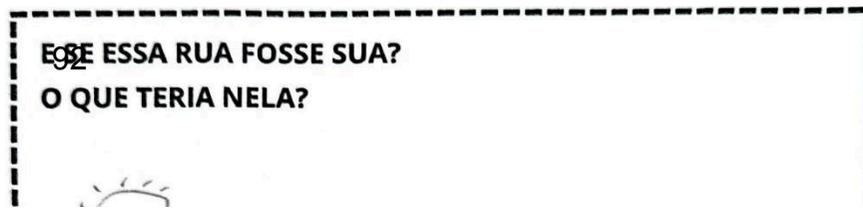
**E SE ESSA RUA FOSSE SUA?
O QUE TERIA NELA?**



**E SE ESSA RUA FOSSE SUA?
O QUE TERIA NELA?**







DIRETRIZES PROJETOAIS

Diante do que foi exposto, através das análises dos correlatos selecionados, da compreensão histórica do bairro, da participação das crianças na leitura do recorte foi possível elaborar as etapas para um diagnóstico do objeto de estudo, essencial para a melhor intervenção na área.

Nas principais informações sobre o recorte, condensados no mapa síntese apresentado abaixo (Figura X), podem ser classificadas como:

A - Existe um eixo formado por curso d'água canalizado que corta a área de atuação, tornando-se assim um elemento principal, como marco, costura em ambos os espaços que o circundam. Outro ponto de atenção é que vários grupos de moradores se reúnem em alguns pontos estratégicos nas margens, contudo, não existe uma faixa de proteção, como uma calçada, sendo a vegetação predominantemente formada por árvores de grande porte.

B - Com a dimensão de quase 300 metros, o curso d'gua conhecido como "Canal do Curado", cortado por duas passarelas de passagem somente para pedestres, onde encontram em estado de ferrugem e abandono pelo poder público, o que causa a sensação de insegurança. Valendo ressaltar que foi identificado vários

fluxos de carros e modos que circundam pelo redor do canal, entendendo a necessidade da criação ou aumento das passagens para carros e morros.

C - As vias são largas e com calçadas com medidas gerais de 0,80cm, valendo descartar suas formas irregulares, como mostrada na leitura de cada logradouro. Os limites de velocidade em uma área escolar não devem ser superiores a 20 km (Nikita Luke e Siba El-Samra, 2021). Essa velocidade não é a que ocorre no recorte de em questão, onde foi indiciado pelas crianças pedidos de lombadas para poderem brincar na rua, sem medo dos carros e motos em alta velocidade.

D - As frentes das escolas, por mais que a calçada seja mais larga, não tem acessibilidade para todos o público, quando há rampas está fora do padrão. Outro ponto importante para ser destacado é que as frentes da escola são locais de espera de pais e encontros entre as crianças, sendo necessário uma atenção e adaptação para esses usos.

F – A falta de uma área de convivência próxima chama atenção pela dimensão do recorte, inclusive pelo número de alunos que existem na área. “O campo do Curado” é considerado um limítrofe de convivência no meio de casas e da rua, sendo utilizado pelas crianças e por moradores do entorno, contudo o

espaço passa por um problema de infraestrutura, como alagamento, falta de luz e falta de equipamentos necessário para os usos, as crianças mesmo apontaram, inclusive destacando que sua extensa dimensão permitiria vários tipos de intervenções.

A síntese do recorte permite compreender como ocorre o uso cotidiano do espaço, evidenciando a necessidade de uma intervenção ampla nas rotas incluídas nesse recorte. Essas intervenções não devem apenas estabelecer conexões com as áreas livres, mas também garantir que sejam rotas seguras, proporcionando autonomia para que as crianças possam se deslocar no espaço urbano com segurança.



MAPA SÍNTESE

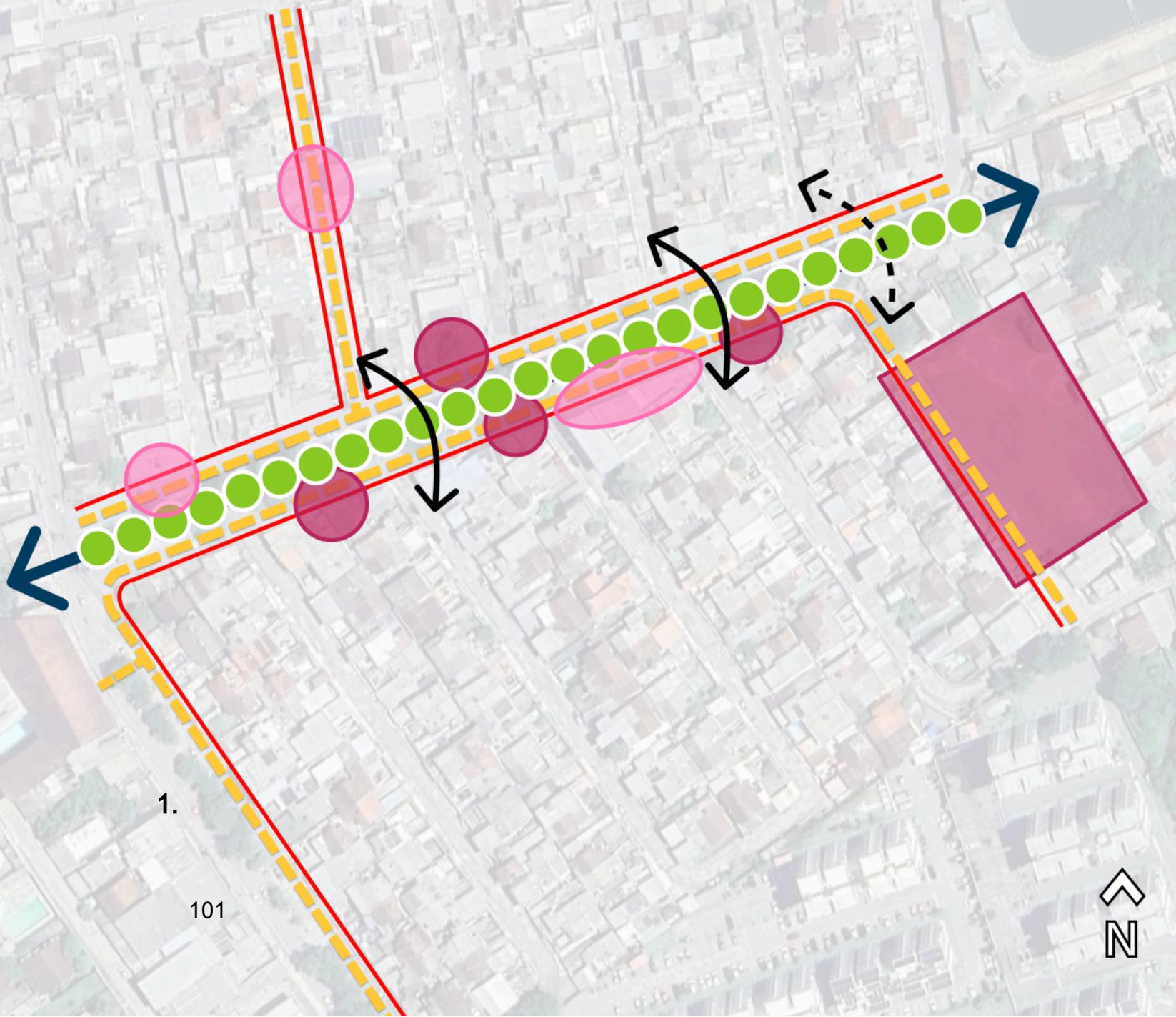
LEGENDAS:

-  PASSARELAS DEGRADAS NA PASSAGEM DO CANAL
-  TRAJETOS MAIS UTILIZADOS PELAS CRIANÇAS, SEM NENHUMA ROTA SEGURA OU INTERVENÇÕES LÚDICAS
-  LOCAIS IDENTIFICADOS COMO PONTO DE ENCONTROS ENTRE OS MORADORES
-  VAZIO URBANO UTILIZADOS COMO LOCAL DE ENCONTROS E BRINCADEIRAS

Através das conversas, diagnósticos e o mapa síntese acima foi possível formar uma matriz de Problemas, Potencialidades e Diretrizes (PPD) (Tabela X), que por sua vez serve como guia para as soluções projetuais.

PROBLEMAS	POTENCIALIDADES	DIRETRIZES
FALTA DE SINALIZAÇÕES HORIZONTAIS E VERTICAIS DE TRÂNSITO	AS VIAS TEM DIMENSÕES POTENCIAIS PARA A REQUALIFICAÇÃO DE UM TRAFÉGO ADEQUADO PARA RUAS E ÁREA DE CONVIVÊNCIA PARA CRIANÇAS	Criar um plano de sinalização horizontal e vertical que destaque rotas seguras para crianças, incluindo faixas de pedestres elevadas, placas de atenção e sinalização específica para áreas de convivência.
CALÇADAS IRREGULARES	AS CALÇADAS, QUANDO REDIMENSIONADAS, PODEM TRAZER UM TRAJETO MAIS SEGURO, COM BRINCADEIRAS E MOBILIÁRIOS DE DESCANSO PARA AS CRIANÇAS.	Promover a reestruturação das calçadas para garantir um espaço seguro e acessível, com mobiliário urbano que inclua bancos, mesas e áreas de lazer, além de elementos lúdicos que estimulem a brincadeira.
CANAL SEM MARGEM DE PROTEÇÃO E FALTA DE VEGETAÇÃO ADEQUADA	COM O ADESAMENTO DA ARBORIZAÇÃO NA MARGEM DO CANAL CONSEGUIMOS, ALÉM DE DIMINUIR A SENSÇÃO TERMICA DA ÁREA, UMA PROTEÇÃO PARA O CORPO D'AGUA EM RELAÇÃO A RESÍDUOS SÓLIDOS.	Desenvolver um projeto paisagístico que inclua a arborização das margens dos canais, utilizando plantas nativas para melhorar a biodiversidade e proporcionar sombra, além de implementar barreiras naturais para proteção.
ÁREAS DE CONVIVÊNCIA DEGRADADAS E QUASE INEXISTENTES	NA ÁREA EXISTEM VAZIOS URBANOS POTENCIAIS A SE TORNAR MARCOS DE ENCONTRO E PONTOS DE CONVIVÊNCIA	Transformar vazios urbanos em espaços de convivência e lazer, com praças, parquinhos e áreas verdes, que incentivem a interação social e atividades recreativas para crianças e famílias.
PONTILHÕES ACIMA DO CANAL DEGRADADOS	COSTURAR O RECORTE UTILIZANDO DE PONTES QUE POSSAM INTELIGAR AS ROTAS SEGURAS E ÁREAS DE CONVIVÊNCIA	Projetar e construir pontes ou passarelas que conectem diferentes áreas da cidade, facilitando o acesso a rotas seguras e promovendo a mobilidade ativa entre as áreas de convivência.
FALTA DE ESPAÇOS EDUCATIVOS PARA CRIANÇAS	POSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE BRINCADEIRAS VERTICAIS NO TRAJETO DAS CRIANÇAS	Estabelecer áreas educativas ao longo das rotas que as crianças utilizam, como painéis informativos e espaços para brincadeiras verticais, incentivando o aprendizado através do brincar e promovendo a educação ambiental.

MAPA DIRETRIZES



LEGENDAS:



CRIAR UM PLANO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL QUE DESTAQUE ROTAS SEGURAS PARA CRIANÇAS, INCLUINDO FAIXAS DE PEDESTRES ELEVADAS, PLACAS DE ATENÇÃO E SINALIZAÇÃO ESPECÍFICA PARA ÁREAS DE CONVIVÊNCIA.



DESENVOLVER UM PROJETO PAISAGÍSTICO QUE INCLUA A ARBORIZAÇÃO DAS MARGENS DOS CANAIS, UTILIZANDO PLANTAS NATIVAS PARA MELHORAR A BIODIVERSIDADE E PROPORCIONAR SOMBRA, ALÉM DE IMPLEMENTAR BARREIRAS NATURAIS PARA PROTEÇÃO.



PROMOVER A REESTRUTURAÇÃO DAS CALÇADAS PARA GARANTIR UM ESPAÇO SEGURO E ACESSÍVEL, COM MOBILIÁRIO URBANO QUE INCLUA BANCOS, MESAS E ÁREAS DE LAZER, ALÉM DE ELEMENTOS LÚDICOS QUE ESTIMULEM A BRINCADEIRA.



TRANSFORMAR VAZIOS URBANOS EM ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E LAZER, COM PRAÇAS, PARQUINHOS E ÁREAS VERDES, QUE INCENTIVEM A INTERAÇÃO SOCIAL E ATIVIDADES RECREATIVAS PARA CRIANÇAS E FAMILIAS.



PROJETAR E CONSTRUIR PONTES OU PASSARELAS QUE CONECTEM DIFERENTES ÁREAS DA CIDADE, FACILITANDO O ACESSO A ROTAS SEGURAS E PROMOVENDO A MOBILIDADE ATIVA ENTRE AS ÁREAS DE CONVIVÊNCIA.



ESTABELEÇER ÁREAS EDUCATIVAS AO LONGO DAS ROTAS QUE AS CRIANÇAS UTILIZAM, COMO PAINÉIS INFORMATIVOS E ESPAÇOS PARA BRINCADEIRAS VERTICAIS, INCENTIVANDO O APRENDIZADO ATRAVÉS DO BRINCAR E PROMOVENDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.



1.

101

CONCLUSÃO

O presente trabalho destacou a importância de integrar as crianças no processo de planejamento urbano, especialmente em áreas periféricas como o bairro do Curado II, em Jaboatão dos Guararapes, cidade da Região Metropolitana do Recife. Ao aplicar metodologias participativas e dar voz às crianças, foi possível compreender melhor as necessidades específicas desse público e desenvolver intervenções urbanas que promovam segurança, inclusão e acesso ao lazer. Conforme Roger Hart (1992) aponta, "a participação das crianças é fundamental para criar espaços que reflitam suas necessidades e percepções, resultando em ambientes mais seguros e inclusivos".

Além de fortalecer o senso de pertencimento e cidadania das novas gerações, a pesquisa revelou que ouvir as crianças traz visões únicas para o planejamento urbano, contribuindo para cidades mais humanas e adaptadas às realidades locais. As crianças surpreendem, superando expectativas, abordam temas de extrema importância, como acessibilidade, mobilidade e a infraestrutura em geral. Exercícios como estes feitos nesse trabalho trazem as crianças a autonomia e o entendimento da importância dela no espaço em que vivem. Ficou nítido que as crianças enxergam para além de problemas imediatos, elas conseguem entender a dimensão dos meios, onde cabe uma quadra, uma praça e um espaço de sentar.

Diante disso, um questionamento que surge é: de que forma o poder público e as políticas urbanas podem garantir a continuidade da participação infantil e comunitária em projetos futuros, assegurando que as vozes das crianças sejam incorporadas de maneira efetiva e constante no planejamento e na transformação das cidades? Espera-se que as diretrizes apresentadas sirvam de base para futuras intervenções, promovendo um urbanismo mais inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLY, C. Transformações urbanas e inclusão social: o exemplo de Medellín. 2019.

BRASIL DE FATO. Chuvas em Pernambuco: moradores de Jaboatão alertam sobre problemas estruturais. Disponível em: Brasil de Fato. Acesso em: 29 set. 2024.

CASTRO, J. A. de; SERPA, Ângelo. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 139–143, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/3898>.

CÓRIA-SABINI, Maria Aparecida; OLIVEIRA, Valdir Kessamiguiemonde. Construindo valores humanos na escola. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

COMANDO MILITAR DO NORDESTE. Batalha dos Guararapes. Portal do Exército Brasileiro, Comando Militar da 7ª Região, 2012. Disponível em:

<https://www.eb.mil.br/>. Acesso em: 25 set. 2024.

COCRIANÇA. Cocriação com crianças: metodologias participativas para cidades mais inclusivas. São Paulo: CoCriança, 2020.

D. A. A. Telles, Débora. Educação e cultura na cidade: o caso de Medellín. *Revista Brasileira de Educação*, 21(61), 365-380, 2016.

FREITAS, Ana A. M. de. O brincar e a educação: relações entre espaços escolares e aprendizado. *Revista Brasileira de Educação*, 18(54), 123-140, 2013.

GEHL, Jan. Cidades para Pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GEHL, Jan. A Vida Entre Edifícios: Como Estudar. São Paulo: Perspectiva, 2013.

IBGE. Cidades@ - Jaboatão dos Guararapes - PE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 set. 2024.

IBGE. Estimativas da População para o ano de 2019. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 set. 2024.

JACOBS, J. *The Death and Life of Great American Cities*. Random House, 1961.

JC NE10. Jaboatão dos Guararapes decreta situação de emergência por causa das chuvas. Disponível em: JC NE10. Acesso em: 29 set. 2024.

JABOATÃO DOS GUARARAPES. História do município. Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, [s.d.]. Disponível em: <https://jaboatao.pe.gov.br/>. Acesso em: 25 set. 2024.

K. S. B. B. de Lima, José. O espaço urbano na antiguidade: reflexões sobre o cotidiano e a política. *Revista Brasileira de História*, 25(49), 85-108, 2005.

LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Blackwell, 1991.

LOUV, R. *The Last Child in the Woods*. Algonquin Books, 2005.

MACÊDO, Amanda; ALMEIDA, André. O espaço público frente ao urbanismo tático: o caso das Praias do Capibaribe. *Congresso Internacional Espaços Públicos*, [s. l.], out. 2015.

MALONE, K. Children's Rights and the Building of Urban Futures: A Global Perspective. In: MALONE, K.; THOMSON, C. (orgs.). *Children's Rights and the Urban Environment*. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

MEDEIROS, Hildo A. O bairro do Curado: de engenho a conjunto residencial. Recife: Editora do Autor, 2010.

MEYER, M.; ZIMMERMAN, D. Cidades e Infância: repensando o espaço público. 2020.

MORENO, C. Urbanismo social e a cidade de 15 minutos. 2020.

M. F. de S. Mendes, Marília. Infância, cidade e políticas públicas: a construção de novos olhares. São Paulo: Editora Geração, 2003.

- M. J. S. de Oliveira, Ana.** A cidade na antiguidade: espaço e sociabilidade. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- M. L. de S. Pereira, Maria.** Criança e cidade: um olhar sobre a infância urbana. São Paulo: Editora Cortez, 1997.
- M. R. de A. Lima, Mariana.** Aprendizagem significativa e o espaço escolar: possibilidades de construção de conhecimento. São Paulo: Editora Papirus, 2016.
- RAMOS, Cláudia C. R. M.** A cidade e as crianças: o exemplo de Medellín. *Educação & Sociedade*, 36(132), 661-680, 2015.
- SANTOS, Ana Maria.** Transformações urbanas no Curado: impacto do desenvolvimento na periferia de Jaboatão dos Guararapes. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2015.
- SANTOS, Milton.** A Urbanização Brasileira. São Paulo: Edusp, 1993.
- S. S. de Lima, Selma.** Gênero e infância: representações e práticas. São Paulo: Editora Pioneira, 2000.
- TELLES, Débora A. A.** Educação e cultura na cidade: o caso de Medellín. *Revista Brasileira de Educação*, 21(61), 365-380, 2016.
- UNICEF.** Construindo cidades amigas das crianças: estrutura conceitual e metodológica. Brasília: UNICEF, 2004.
- WINNICOTT, D. W.** *Brincar e Realidade*. Tradução de J. Guinsburg. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

